



XII ENCONTRO DE HISTÓRIA DA ANPUH - PARÁ

ANPUH

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA



**AGUINALDO GOMES
MAGDA COSTA
ADSON RODRIGO SILVA PINHEIRO
RAICK DE JESUS SOUZA(ORG)**

**HISTÓRIA DE CRIMES,
JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES:
FONTES JUDICIAIS E AGENTES**



**XII ENCONTRO DE HISTÓRIA
DA ANPUH - PARÁ**

Aguinaldo Gomes
Magda Costa
Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Raick de Jesus Souza(org)

ANPUH
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA

**HISTÓRIA DE CRIMES,
JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES:
FONTES JUDICIAIS E AGENTES**



Copyright © by Organizadores
Copyright © 2021 Editora Cabana
Copyright do texto © 2021 Os autores
Todos os direitos desta edição reservados

O conteúdo desta obra é de exclusiva
responsabilidade dos autores.

Capa e Projeto gráfico:

Eder Ferreira Monteiro

Edição e diagramação:

Helison Geraldo Ferreira Cavalcante

Coordenação editorial:

Ernesto Padovani Netto

Revisão:

Os autores

Ilustração da capa:

Davide con testa di Golia de Caravaggio, 1610

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

História de crimes, justiça e instituições [Recurso eletrônico]
fontes judiciais e agentes / organizadores Aguinaldo Rodrigues
Gomes, Magda Nazaré Pereira da Costa, Adson Rodrigo Silva
Pinheiro e Raick de Jesus Souza. - 1. ed. - Belém, PA: Cabana,
2021.

Vários autores.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-994185-2-5

1. História – Estudo e ensino 2. História do Brasil. I- Título.

CDD 907



[2021]
EDITORA CABANA
Res. Paulo Fonteles, Q-B, 24
66640-705 – Belém – PA
Telefone: (91) 99998-2193
contato@editoracabana.com.br
www.editoracabana.com

Conselho Editorial ANPUH-PA

Dr. Edilza Joana Oliveira Fontes (UFPA)
Dr. Aguinaldo Rodrigues Gomes (PPGCult/UFMS)
Dr. Itamar Rogério Pereira Gaudêncio (ESMAC/APM)
Dr. Gustavo Pinto de Sousa (INES/PROFHISTORIA - UFRJ)
Dra. Karla Leandro Rascke (Unifesspa)
Dr. Érico Silva Muniz (UFPA)
Dr. Keith Barbosa (UFAM)
Dr. Marley Antonia Silva da Silva (IFPA)
Dr. Pere Petit (UFPA)
Dr. Airtton Pereira (UEPA)
Dra. Valéria Moreira Coelho de Melo (Unifesspa)
Dr. Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA)
Dr. Ipojucan Dias Campos (UFPA)
Dr. Fernando Arthur de Freitas Neves (UFPA)

Apoios:



SUMÁRIO

**Apresentação: Os desafios da história social
e do ensino de história em coletâneas.....8**
Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes

PARTE 1: HISTÓRIA, CRIME E JUSTIÇA: FONTES JUDICIAIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA

**A sociedade caeteuara a partir dos processos crimes
de ferimentos leves da comarca de Bragança-Pa (1910-1920):
ocupações, conflitos e solidariedades.....12**
Filipe de Sousa Miranda

**Equilíbrio precário: significados do corpo em bragança-pa
(1916-1940).....25**
Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos

**Guarda de cais do porto e segurança paga no rio de janeiro
novecentista (1919-1945).....37**
Pedro Guimarães Marques

**Processos judiciais na história: análise do discurso como
ferramenta metodológica para fontes oficiais e contradições
discursivas.....48**
Mayla Louise Greboge Montoia

PARTE 2: INSTITUIÇÕES, AGENTES, SABERES E PRÁTICAS CIENTÍFICAS: ENTRE O LOCAL E O GLOBAL (SÉCULO XVIII AO XX)

Apresentação.....61
Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Raick de Jesus Souza

Aimé bonpland um viajante nas fronteiras.....65
Alessandra da Silva

Nas tramas das redes: observatório astronômico antares e suas conexões no brasil e no mundo.....	78
Wíllivan do Carmo Santos	
“O estudo da vida íntima do paiz”: Felisbelo Freire e a história territorial do Brasil (1906).....	90
Magno Francisco de Jesus Santos	
Propostas de intervenção em construção: agentes, instituições e cidade no projecto orgánico para la urbanización del municipio (Buenos Aires, 1925).....	101
Ana Carolina Oliveira Alves	
Redes científicas, instituições e savants em torno da missão francesa Rohan-chabot em Angola e Rodésia.....	113
Priscila Freitas de Carvalho	
Sobre os Autores.....	125

APRESENTAÇÃO

Os desafios da história social e do ensino de história em coletâneas

A seção regional da Associação Nacional de História (ANPUH) em sua localização no Estado do Pará, promoveu entre os dias 2 a 4 de dezembro de 2020 a sua 12.^a edição do Encontro de História da Anpuh-Pará, em formato virtual, com o tema “Passado e Presente: Os desafios da história social e do ensino de história”.

O evento se constituiu como importante espaço de discussão sobre duas áreas específicas do conhecimento histórico, que são: a história social e o ensino de história, promovendo uma interface entre os dois campos de pesquisa, diante dos limites e possibilidades de diálogo pertinentes sobre a região amazônica. Não há dúvidas que se tratou de profícuo momento de socialização da produção de estudos e práticas acerca das relações entre história e ensino, bem como de problematização da história social e os desafios da produção historiográfica recente.

O momento permitiu a incorporação para o ensino de História da Amazônia de questões relacionadas à ciência histórica, didática, produtos educacionais e as práticas curriculares. No caso da dimensão da especialidade da história social, o diálogo com as questões contemporâneas, a relação passado-presente na pesquisa histórica, a questão dos revisionismos/negacionismos históricos e os desafios da escrita da história social, diante das questões socialmente vivas, foram também observadas.

O encontro permitiu debater os desafios do ensino e da pesquisa histórica relacionando com a especialidade da história social, no entanto, envolveu

também outras áreas do conhecimento vinculadas as ciências humanas e sociais, como sociologia, filosofia, direitos, ciências políticas, antropologia, entre outras. Neste aspecto, tornou-se uma oportunidade de diálogo para os professores da educação básica, discentes de graduação, discentes de pós-graduação, historiadores e pesquisadores diversas áreas de ciências humanas que desejavam debater os caminhos da história social e o ensino de história na Amazônia e no Brasil. Incluiu-se ainda o diálogo sobre o cotidiano do espaço escolar diante dos desafios propostos pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC) no contexto amazônico, entre outros temas que envolvem o ensino e produção do conhecimento histórico.

Os pertinzas professores e pesquisadores de diversas instituições do Pará, da Amazônia, do Brasil e do mundo, produziram um amplo e significativo debate sobre o conhecimento histórico e seus públicos (professores de história e os historiadores, principalmente), assim como buscaram formas de expandir e melhor integrar os conhecimentos sobre os debates acadêmicos e o espaço da sala de aula e a intervenção social. O que permitiu, no âmbito da educação básica, discussões sobre a prática pedagógica do docente em história e as ações em prol da formação de professores.

Como alguns dos resultados destes momentos de debates e diálogos, em que a relação passado e presente pautou os desafios da história social e do ensino de história, que apresentamos um conjunto de coletâneas, construídas de forma a agregar temáticas aproximadas de estudos e pesquisas. As coletâneas reunidas, sem dúvida, constitui um conjunto de contribuições originais e, sobretudo, desnaturalizadoras como se propõem ser os estudos que assumem, como coerência e autenticidade, a relação passado e presente, tendo como eixo central de diálogo, a história social e o

ensino. Os trabalhos reunidos propiciam aos leitores, ademais, um profícuo exercício de crítica historiográfica, métodos e análises documentais, que percorrem searas as mais diversas, adensando as riquezas de suas contribuições, quanto à análise de estratégias para enfrentar variadas formas de controle, domesticação e dominações estabelecidas por agentes e agências oficiais, mas também revelam formas de resistências, lutas e enfrentamentos.

Os textos expressam, simultaneamente, pesquisas em andamento, em fase de elaboração, definidas e defendidas. Temáticas, temporalidades e enfoques plurais, mas que gravitam no eixo que envolveu os debates no evento, no caso, a história social e o ensino de história, em contexto relacional com perspectivas de passado e presente. Diante de tantas e inovadoras contribuições, a intenção é que o leitor estabeleça um exercício de escolha mais consentâneo a seus interesses e afinidades, estando certo que encontrará nestas coletâneas um conjunto de leituras, instigantes, necessárias e provocativas.

Prof^o Dr. Francivaldo Alves Nunes
Presidente da ANPUH-Seção Pará

PARTE 1 | **HISTÓRIA, CRIME E JUSTIÇA: FONTES
JUDICIAIS E PERSPECTIVAS DE PESQUISA**

A SOCIEDADE CAETEJUARA A PARTIR DOS PROCESSOS CRIMES DE FERIMENTOS LEVES DA COMARCA DE BRAGANÇA-PA (1910-1920): OCUPAÇÕES, CONFLITOS E SOLIDARIEDADES

Filipe de Sousa Miranda¹

Introdução

Nas primeiras décadas do século XX, a cidade de Bragança-PA caracterizou-se pelo irrompimento de ideais de “modernidade”, que se substancializaram na construção e reestruturação de espaços de sociabilidade, e na difusão entre as elites locais de hábitos pautados em referenciais eurocêntricos de “civilidade” e “moralidade”. Este processo foi profundamente influenciado pela chegada da Estrada de Ferro Belém-Bragança (EFB), no ano de 1908. Em seus trilhos, estações e locomotivas, a EFB foi abstraída como a materialização da modernidade almejada para a região. Conforme disserta Dário Benedito Rodrigues Nonato da Silva:

Além disso, a ferrovia colaborou com a evolução arquitetônica e social da cidade. Pelas obras, equipamentos e pela vida na cidade, se pode apreender uma visão de sua história. Neste contexto, a implantação da malha ferroviária é um exemplo marcante da influência do que se chamou modernidade na urbanidade de Bragança (2017, p. 112).

Neste contexto, o Judiciário e a Polícia, enquanto instituições “normatizadoras” da vida em sociedade - representadas em âmbito local pelas figuras, do juiz de direito, juízes substitutos, promotores, escrivães, delegados, subdelegados, peritos e agentes de polícia -

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará (PPGPatri - UFPA). Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança-PA. filipesousamyra@gmail.com

atuaram energicamente, no que tange a vigilância e a repressão intentadas contra indivíduos, cujos comportamentos e hábitos, não se encaixavam nos padrões de “civilidade” e “moralidade” que se buscava implantar.

O exercício dessa autoridade, entretanto, não se deu de maneira pacífica. Os Autos Crimes de ferimentos leves, existentes no acervo do arquivo histórico da Comarca de Bragança-PA, oferecem vislumbres de episódios de resistência, frente às ações dos ditos “agentes da ordem”, protagonizados por sujeitos advindos das camadas populares da sociedade caeteuara. O crime de ferimento leve estava previsto no Código Penal de 1890, no capítulo V “Das lesões corporaes”, artigo 303:

Art. 303. Offender physicamente alguemo, produzindo-lhe dôr ou alguma lesão no corpo, embora sem derramamento de sangue:

Pena - de prisão cellular por tres mezes a um anno (BRASIL, 1890).

O presente trabalho, a partir dos processos crimes de ferimentos leves datados de 1910 a 1920, localizados no acervo supracitado, traça um perfil social dos sujeitos - réus, ofendidos e testemunhas - que figuram nestes documentos, tendo por base as ocupações declaradas nos autos. Em seguida, por meio de uma abordagem qualitativa das narrativas contidas nos Autos Crimmes de Ferimentos Leves, em que é réu Francisco Pinheiro Filho, do ano 1912, propõe-se a reunir indícios que desvelam um cotidiano de sociabilidades, solidariedades, tensões e resistências, que permitem acessar uma Bragança-PA que destoa da representação de espaço “ordeiro” e “coeso”.

Este texto é fruto do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado: “Cotidiano, Cidade e Justiça: uma análise dos processos crimes da Comarca de Bragan-

ça-PA (1910-1920)”, defendido em janeiro de 2020, na Faculdade de História da Universidade Federal do Pará- Campus Universitário de Bragança e orientado pela Prof.^a M.Sc. Magda Nazaré Pereira da Costa.

Construindo o perfil social dos sujeitos presentes nos processos crimes de ferimentos leves (1910-1920):

No processo de análise das narrativas contidas nos Autos Crimes de Ferimentos Leves, faz-se necessário atentar-se, dentre outros aspectos, para o perfil social dos sujeitos que ali figuram. Visto que, conforme disserta Celeste Zenha, cada indivíduo, a depender do grupo social em que está inserido, estabelecerá com os mecanismos jurídicos relações distintas:

É preciso atentar para a maneira que os lugares indicados para a população vêm sendo preenchidos, percebendo quais os recursos utilizados por determinados grupos sociais, com a finalidade de imprimir a sua força e direcionar este poder no sentido de alcançar os seus objetivos. Obviamente, nenhum elemento que participe da engrenagem que é o Poder Judiciário poderá direcioná-lo de forma solitária. Mas, sem dúvida, grupos fortificados terão mais chances de obter um resultado mais próximo do desejado.

Como o leitor pode notar, ao longo do trabalho, determinados grupos utilizam-se mais da Justiça, como estratégia de luta, enquanto outros foram impedidos de acionar este poder, mas mesmo estes chegaram a ter algum tipo de participação na produção dos criminosos (ZENHA, 1985, p. 142).

Diante disso, os gráficos a seguir contabilizam as atividades profissionais declaradas por réus, ofendidos e testemunhas, nos 17 processos que fazem referência a crimes de Ferimentos Leves na Comarca de Bragança-PA, datados de 1910- 1920. Estes dados fo-

ram calculados a partir das declarações prestadas por 92 indivíduos, sendo 19 réus, 17 ofendidos e 56 testemunhas.

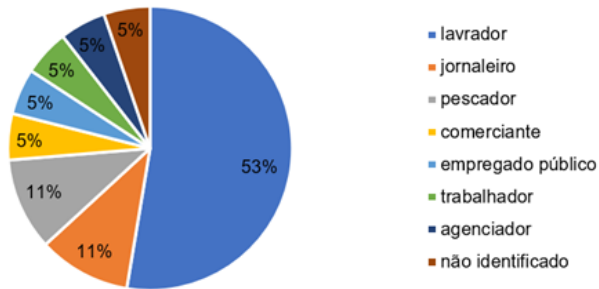
Durante a aferição optou-se por não fazer distinção de gênero, por conta do número escasso de mulheres encontradas. Foram sete ao todo. Deste total, duas aparecem como ofendidas e cinco como testemunhas. Destas cinco intimadas a testemunhar, quatro não declararam sua ocupação. Ao que tudo indica, mulheres raramente eram consultadas, mesmo quando presenciaram diretamente o fato delituoso. E quando eram, o registro de suas ocupações não configurava uma preocupação por parte das autoridades responsáveis por recolher seus testemunhos. No contexto de um poder dominado por figuras masculinas (Policiais, Promotores, Escrivães, Juizes), estas ausências são explicadas pela manutenção de estruturas patriarcais que deslegitimavam as falas destas mulheres.

Em uma Bragança, que como aponta o memorialista Benedito César Pereira (1963), desde os oitocentos destacava-se enquanto produtora e fornecedora de gêneros agrícolas para outras localidades, sobretudo, para a capital Belém, a ocupação de lavrador representa o maior percentual em todos os gráficos. No Gráfico I 53%, no Gráfico II 29% e no Gráfico III 42%. Sendo que neste último, uma pequena parcela de 2%, fez uso da denominação agricultor para fazer alusão a mesma prática.

Em segundo lugar, está a ocupação de pescador. No Gráfico I esta equivale a 11%, no Gráfico II a 12% e no Gráfico III 9%. Constando junto desta, no Gráfico III a ocupação de canoeiro (2%), que também se relacionava com a atividade pesqueira.

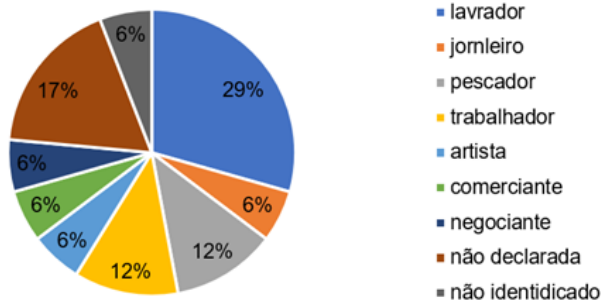
No mais, figuram uma diversidade de outras atividades características deste espaço citadino: jornaleiros, comerciantes, negociantes, artistas, empregados pú

Gráfico I - Atividades profissionais declaradas por réus em Autos Crimes de Ferimentos Leves (1910-1920)



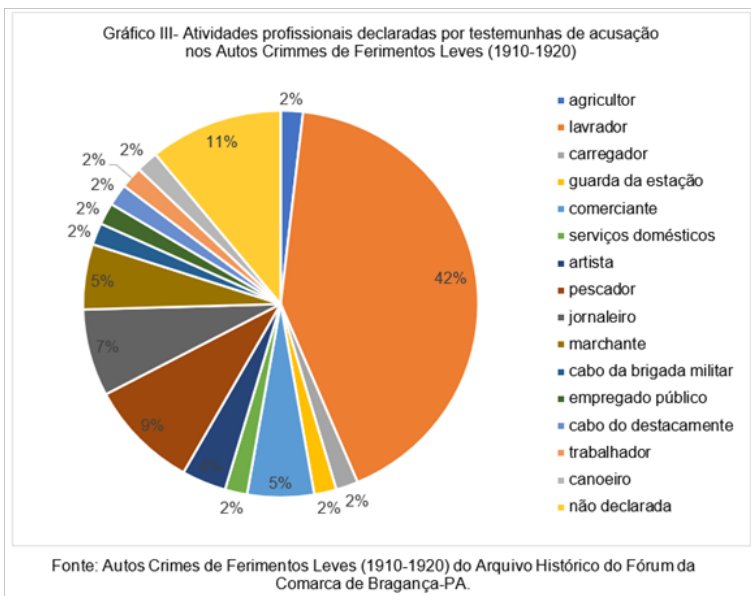
Fonte: Autos Crimes de Ferimentos Leves (1910-1920) do Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança-PA.

Gráfico II - Atividades profissionais declaradas por ofendidos em Autos Crimes de Ferimentos Leves (1910-1920)



Fonte: Autos Crimes de Ferimentos Leves (1910-1920) do Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança-PA.

blicos, militares de baixa patente, agenciadores, guardas da estação, dentre outras. A categoria “não identificado” diz respeito a casos em que não foi possível identificar, a partir da leitura paleográfica dos registros, a ocupação ali declarada.



Em suma, os dados arrolados oferecem um panorama do perfil social dos sujeitos que figuram nos processos crimes de ferimentos leves, datados da segunda década do século XX. Estes, são majoritariamente, lavradores, pescadores, e profissionais de baixo poder aquisitivo.

Deste modo, as narrativas contidas nestes autos criminais, evocam o que há de mais popular na Bragança da segunda década do século XX, revelando em suas entrelinhas o “povo em seus múltiplos rostos” (FARGE, 2009, p. 31). Conforme será demonstrado na próxima seção, para além da descrição de atos considerados criminosos perante a Justiça Pública, ali estão estes lavradores, pescadores, jornaleiros e demais sujeitos, “fotografados” em seus espaços de sociabilidade e vivências cotidianas.

Os tripulantes da canoa de Olympio: resistência e laços de solidariedade

No testemunho proferido no dia 27 de agosto de 1912, por Gentil de Oliveira Ramos, trabalhador de 40 anos de idade, não sabendo ler nem escrever, é possível perceber que a narrativa que contextualiza o fato investigado, está imbricada a uma descrição do exercício de sua ocupação. Esta relacionava-se à atividade pesqueira. O processo é movido pela Justiça Pública contra Francisco Pinheiro Filho, agenciador de 21 anos de idade, por agressão impetrada no Mercado Público contra o canoeiro de 22 anos de idade, Miguel Gonçalves Teixeira. Assim declara:

“que no dia em que se deu o facto criminoso achava-se empurrando uma canoa no beco da Ponte e viu quando Francisco Pinheiro, dirigio-se a Miguel Gonçalo Teixeira, armado o seu punhal e com este feri-lo; que antes disto houve uma prisão de um tripolante da canoa de Olympio, prisão esta effectuada pelo Agente de Segurança João Francisco da Luz, e querendo o dito Miguel Gonçalves, Innocencio de tal e Joaquim Timbira tomar o preso houve nessa ocasião um grande barulho no qual todos tomaram parte inclusive Francisco Pinheiro, sendo então em seguida praticado o crimme que já referio”.²

Empurrando uma canoa no exercício de sua labuta diária, Gentil de Oliveira Ramos, acompanha toda a cena que se desenrola em frente ao Mercado Público. Esta compreende desde a prisão efetuada pelo Agente de Segurança ao tripulante da canoa de Olympio, passando a resistência de seus colegas de ofício, que tentam impedi-lo, até a consumação do ato que dera origem ao processo criminal.

² Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Francisco Pinheiro Filho (1912). Fonte: Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança, p. 10.

Nesta sequência de fatos, é interessante notar que a oposição instantânea dos demais tripulantes da canoa frente a detenção de seu companheiro, reflete a existência de fortes laços de solidariedade entre estes indivíduos. Laços, que são ativados no momento em que a autoridade do agente, enquanto representante de um poder intimamente ligado à ideia de repressão e controle, não é reconhecida como legítima, passando, a ser visualizada pelo grupo como uma ameaça a um de seus membros. Chalhoub também encontra, junto às fontes judiciais analisadas em seu trabalho, casos recorrentes de resistências de populares a ação de autoridades policiais chamados de “meganhas”:

Resistir à autoridade policial, portanto, era o comportamento que predominava entre populares quando se enfrentavam com meganhas nas ruas e botequins da cidade, ou com delegados, inspetores e escrivães nas delegacias. Os membros das classes populares possuíam um conhecimento prático de que tinham de desconfiar da autoridade constituída, boicotar sua ação e resistir com violência quando possível. E, às vezes, esta resistência era bem-sucedida. Além de homens pobres espancados e feridos por guardas-civis e inspetores, o testemunho histórico também registra casos de meganhas vaiados, surrados e perseguidos por populares. Depois, era só contar com a solidariedade dos companheiros, e o acusado acabava se livrando da enrascada em que se metera (CHALHOUB, 2001, p. 289).

Edward Thompson (1997), em sua instigante obra “Senhores e Caçadores”, analisa os mecanismos de resistência e solidariedade, desenvolvidos pelos habitantes da Floresta de Windsor, como resposta à promulgação de uma Legislação florestal inglesa no século XVIII, que negligenciava diretamente antigos direitos comunais. Demonstrando, deste modo, que estes segmentos populares não permaneceram inertes e apáticos, frente às imposições dos representantes do poder

britânico, mas foram capazes de agregar-se, a partir de suas experiências, colocando em prática estratégias de oposição e resistência.

No processo criminal citado anteriormente, observa-se, a partir da resistência intentada pelos demais tripulantes da canoa de Olympio, que este Poder Judiciário, representado pela figura do Agente de Segurança João Francisco da Luz, também não é hegemônico. A partir das experiências adquiridas no cotidiano do exercício de seu ofício, estes pescadores desenvolveram entre si laços de fraternidade e solidariedade mais fortes que a pretensa autoridade legal do Agente de Segurança. Estes, foram responsáveis pelo afloramento da luta corporal, entendida como mecanismo de contestação e oposição de que se valeram para refutar as medidas impostas pelo poder.

Compartilha-se aqui, no entanto, de uma problemática semelhante a apontada por Thompson em sua investigação a respeito dos Negros de Windsor. Estes pescadores estão sendo visualizados a partir de registros documentais, redigidos no cotidiano do exercício deste mesmo poder que confrontaram. Este fator acaba impondo restrições à análise. Neste caso, por exemplo, só um dos tripulantes da canoa de Olympio foi ouvido ao longo dos autos, a vítima Miguel Gonçalves Teixeira. No entanto, em suas declarações este afirma:

“que hontem, as doze horas do dia, estando com outros em frente ao mercado onde tambem se achava Francisco Pinheiro, filho de Bibiana Thereza da Silva, ahi foi ferido por este, segundo disseram; que o declarante devido seu estado de perturbação nada poder se lembrar do que se passou”³

³ Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réo Francisco Pinheiro Filho (1912). Fonte: Arquivo Histórico do Fórum da Comarca de Bragança, p.07

A afirmação de não possuir consciência sobre os fatos constantes na denúncia, e o cuidado de manter indefinidos “os outros” com quem estava em frente ao Mercado, provavelmente foram estratégias pensadas pela vítima para contornar possíveis sanções legais direcionadas a ela e a seus companheiros. Trata-se aqui da solidariedade entre pares, mencionada por Chalhoub (2001).

No que tange aos demais tripulantes da canoa de Olympio, não é possível acessar seus pontos de vista a respeito do ocorrido, mesmo a partir das limitações destas fontes, pois nenhum foi inquirido. Talvez, por evasão, ou por seus testemunhos não terem sido considerados pertinentes pelas autoridades judiciais.

No mais, é oportuno atentar-se para o próprio espaço em que se desenvolve o conflito. O Mercado Público, próximo ao Rio Caeté, configura-se enquanto lugar de intensas sociabilidades e maciça circulação de pessoas, por terra e por água. Neste contexto, esta edificação havia sido recentemente construída, como parte do projeto de adequação dos espaços citadinos aos novos ideais de “urbanidade” e “modernidade” então difundidos. No entanto, sendo um dos cenários em que esta vida cotidiana se desenhava, torna-se também palco de querelas, conflitos e desordens, que vão de encontro a um padrão idealizado de ordem urbana. Souza afirma:

Ao mesmo tempo em que ambientes revitalizados da cidade tornavam-se um território de lazer, que alimentava o imaginário de uma convivência ordeira, a vida cotidiana nestes locais era também cercada de fatos diários que se traduzia em um cenário que ameaçava romper com a ordem pública, evidenciando as tensões entre segmentos populares e as autoridades. Dito de outro modo, a mesma área de circulação e convivência dos setores dominantes fora também o de movimento de sujeitos sociais, que pela sua presença, muitas vezes vista

como intempestivo ou mesmo perigosa, desmistificavam a “cidade ideal” apresentando a cidade real, ameaçando os parâmetros de uma sociedade civilizada (SOUZA, 2017, p. 84).

Todas as narrativas apresentadas pelas testemunhas fazem menção primeiramente ao forte barulho, elemento responsável por atrair sua atenção, e em seguida a briga, que envolvendo aproximadamente cinco pessoas, se encerra com Miguel Gonçalves Teixeira ensanguentado. Este espetáculo de corpos em disputa, gritos e tumultos, elementos que possivelmente atraíram a atenção de tantos outros que por ali transitavam e que saltam aos olhos do pesquisador durante a leitura desta fonte, demonstram que os conflitos e a violência, inclusive envolvendo autoridades, também permeavam a convivência nestes espaços de sociabilidade.

Considerações finais

Nas primeiras décadas do século XX, o Mercado Público de Bragança, edificação recentemente construída como parte do projeto de adequação do espaço citadino a ideais de “modernidade” e “urbanidade”, congregava uma diversidade de sujeitos. Em suas dependências e entornos, transitavam diariamente pescadores, canoeiros, lavradores, pequenos comerciantes, jornaleiros, dentre outros indivíduos que integravam as camadas populares da sociedade caeteuara. Conforme demonstram os gráficos apresentados, os processos crimes de ferimentos leves existentes no acervo histórico da Comarca de Bragança-PA, são janelas que oferecem, dentro das limitações que perpassam a pesquisa histórica em fontes judiciárias, uma visão privilegiada do cotidiano destes segmentos em diversos espaços.

Por meio dos Autos Crimes de ferimentos leves, em que é réu Francisco Pinheiro Filho, foi possível analisar como alguns destes sujeitos, no exercício diário de sua luta pela sobrevivência, desenvolveram entre si laços de solidariedade e companheirismo. Demonstrando, deste modo, que em seu cotidiano não permaneceram passivos e apáticos frente a ação de autoridades que buscavam reprimi-los e discipliná-los. Mas em sua autonomia, construía estratégias de resistência que permitiam confrontar diretamente os representantes de um padrão de ordem, pautada em discursos excludentes de “moralidade” e “civildade”.

Referências Bibliográficas

Fontes:

Acervo do arquivo histórico da Comarca de Bragança-PA:

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Francisco Pinheiro Filho (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Antonio Roberto da Luz (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réus Domingos Antonio da Silva e Ignácio Pereira de Souza (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Aprigio Francisco do Carmo (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Patrício Lopes da Silva (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Firmino Antonio dos Santos (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Marcelino Catharino (1912).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Chrispiano Pereira da Silva (1913).

Autos Crimmes de Ferimentos leves em que é autora a Justiça Pública e réu Manoel João de Lima Cavalcante (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pú-

blica e réu João de Deus Rayol (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Pio Angelo de Britto (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Antonio Pereira da Silva (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Anselmo Rozário de Souza (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réus Benedicto Monteiro e Catharino de tal (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu João Moreira de Souza (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu Antonio Alves Pinto (1917).

Autos Crimmes de Ferimentos Leves em que é autora a Justiça Pública e réu José Romano da Silva (1919).

Bibliografia:

BRASIL. Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890. Promulga o Código Penal. Rio de Janeiro, RJ: Presidência da República, 1890.

CEZAR PEREIRA, Benedito. Sinopseda História deBragança. Belém: Imprensa Oficial, 1963.

CHALHOUB, Sidney. Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. Campinas: Editora da UNICAMP, 2001.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FAUSTO, Boris. Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo (1880 - 1924). São Paulo: Brasiliense, 1984.

NONATO DA SILVA, Dário Benedito Rodrigues. Ao Apito do Trem: uma história da extinta Estrada de Ferro de Bragança. In: SARQUIS, Giovanni Blanco. Estrada de Ferro de Bragança: Memória Social e Patrimônio Cultural. Belém: IPHAN -PA, 2017.

SOUZA, Aldair Batista. Controlar e reprimir: a criminalidade em Bragança-PA no início do século XX. AEDOS, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p.81-96, 2017.

THOMPSON, Edward Palmer. Senhores e caçadores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

ZENHA, Celeste. As práticas da justiça no cotidiano da pobreza. Revista Brasileira de História, v. 5, n. 10, p. 123-146, mar./ago. 1985.

EQUILÍBRIO PRECÁRIO: SIGNIFICADOS DO CORPO EM BRAGANÇA-PA (1916-1940)

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos¹

Os processos judiciais de defloração, estupro e rapto são documentos oficiais gerados pelo Poder Judiciário e o estudo deste material constitui-se numa forma de analisar o discurso produzido pelo Estado e perceber nestes os valores morais entrelaçados às práticas de normatização do comportamento, do corpo e da sexualidade. Nesse sentido, o presente trabalho tem a intenção apresentar os primeiros passos de uma pesquisa que tem por objetivo investigar por meio de ações de defloração, estupro, rapto, exames de corpo de delito, pedidos de habeas corpus, legislação e obras coevas, os múltiplos domínios a envolver os significados, valores e representações do corpo feminino, na primeira metade do século XX, na cidade de Bragança e vilas por ela administradas. Diante desse contexto, a problemática se concentra em compreender como os envolvidos em processos de crimes sexuais – juízes, advogados, promotores, escrivães, delegados, réus, vítimas e testemunhas – construíam definições acerca do corpo das mulheres e como estas exerciam domínio dele e frequentemente o manejavam de acordo com os seus interesses e necessidades históricas. Ademais, depreende-se que o corpo foi interpretado para além das definições físicas e biológicas, conferindo-lhe conceitos que o vinculavam, sobretudo, aos princípios da preocupação do domínio feminino sobre o masculino e vice-versa.

Afim de compreender o universo dos processos judiciais foi fundamental recorrer às legislações vi-

¹ Graduada em História pela UFPA. E-mail: alessandra.patricia.oliveira@gmail.com

gentes no período estudado, as quais serviram como fontes documentais e também como balizas norteadoras da pesquisa. Desta feita, o Código Civil de 1916 serviu como marco inicial, por ser o primeiro código civil brasileiro e ter dedicado parcela significativa dos seus artigos e incisos ao casamento, estabelecendo-o como único instituto a legitimar a família, além de tratar das suas formalidades preliminares, da celebração, das regras da dissolução e das causas da anulação. Esta legislação mostrou-se importante às investigações sobretudo pelos artigos 178 e 219, (BEVILAQUA, 1941, p. 84-90) que tratavam das causas da anulação do casamento, os quais passaram a definir o defloramento da mulher como motivo ao cancelamento do conúbio, ou seja, caso o marido descobrisse que a esposa não havia casado virgem tornava-se possível impetrar anulação do ato solene. Por outro lado, como referência final determinou-se 1940, em virtude da promulgação do novo Código Penal substituto do de 1890, o qual trouxe mudanças importantes no campo dos crimes sexuais, por exemplo, a qualificação de tais delitos estiveram na legislação anterior sob o título “Dos crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, na nova passaram a figurar sob a denominação “Dos crimes contra os costumes”. Isso significa que o novo Código reformulou a definição dos crimes sexuais aumentando o alcance do ato danoso, visto que ao substituir a visão de delito cometido contra a honra das famílias pelo conceito de ofensa aos costumes da sociedade, tornava o desvirginamento um crime contra o coletivo. Apesar dessa relevante mudança a legislação seguia preterindo a violência cometida contra a vítima e abordando esta espécie de crime como afronta à moral e aos bons costumes.

Defloramento, estupro e rapto foram classificados como atos ilícitos tanto pelo Código Penal de 1890

e em seguida o de 1940 como pelo Código Civil de 1916. O que se percebe nas interpretações dadas por estas codificações é que o crime não estava restrito à violência física em relação à vítima, mas à violência “moral” à vítima e à família desta. Ou seja, depreende-se dos documentos analisados que defender o corpo violado configurava-se em preocupação secundária, sendo o objetivo principal proteger o significado atribuído ao corpo: o de protetor da honra e da moral da coletividade. Porquanto, quando as escalas se concentravam nos crimes contra a honra, não estava em juízo somente o fato gerador do ato – a cópula carnal – mas, essencialmente, os valores implícitos no crime, quais sejam: os sentidos da virgindade, da sexualidade, da moralidade, isto é, tudo girava em torno dos seus significados, logo, frente a estes foram atribuídos conceitos e interpretações que ultrapassavam definições materiais, visto que adentravam no campo das representações socioculturais da Bragança novecentista..

Depreende-se que ao anunciar o status de deflorada o corpo daquela mulher passava a ser esquadrihado, explorado, analisado, tornando-se domínio dos discursos médico e jurídico, cujo principal objetivo era o controle das expressões de sexualidade do corpo, definindo por meio de políticas de higienização quais as condutas sociais e morais adequadas aos esforços de moralização social e sexual da coletividade. Por estas escalas, a investigação do corpo era fundamental para identificar os crimes de defloração, estupro e rapto, visto que, para a justiça, a transgressão existia se fossem constatadas todas as características listadas pelo Código Penal. Nos casos de defloração o Código pautava como elementos obrigatórios a cópula com mulher virgem, a menoridade da vítima e o emprego de sedução, engano ou fraude para obtenção do consentimento à relação sexual. Por seu turno, os crimes de

rapto tinham como principal aspecto a retirada da mulher do seu lar para fins libidinosos. Já nos crimes de estupro, o traço elementar era a posse sexual mediante violência.

Olhar, tocar, enfim, executar exames e investigações no corpo era o único caminho à elaboração da prova material, à adequada tipificação do crime e à construção de uma sentença, ou melhor, a materialidade do crime somente se alcançaria através de “cuidadosas” incursões frente o corpo “maculado”. Esta assertiva ficou evidente no veredicto proferido pelo juiz Luis Rosa Damião Barbosa no caso do estupro de Christiana Raymunda de Jesus, 10 anos, paraense, morena, filha de Carlos Antonio Furtunato e Raymunda Eleotheria de Jesus, residente em Japerica, município de Bragança, que culminou com a prisão do acusado Albino Nunes Penafort. Veja-se o excerto:

“Considerando que, – A materialidade do crime está plenamente provada pelo exame de corpo de delicto de fls.4”, declarações da vítima, assim como provado também se acha a responsabilidade do denunciado; Considerando que, a menor Christiana tem dez annos de idade, como faz certo o exame medico de idade, corroborado pelo depoimento das testemunhas, quer de accusação, quer de defesa; (...)”.²

Desta maneira, portanto, partiu-se da compreensão de que nos processos de defloração, estupro e rapto era imprescindível a prova material do crime, ou seja, a constatação de que o corpo tinha sido violado, então, diante desta necessidade, a jovem era submetida a exposição pública do seu corpo, pois na presença de determinados “profissionais” – promotor, delegado, escrivão, peritos, testemunhas – o corpo era revelado, observado e estudado. Esta conjuntura da exposição,

² Autos crimes de estupro e rapto, 1935. Autora: Justiça Pública. Réu: Albino Nunes Albuquerque Pennafort. Ofendida: Christiana Raymunda de Jesus.

produto do exame pericial, foi sinalizada pelo promotor público Raul da Costa Braga ao apresentar o contexto ao qual foi submetida a suposta ofendida Serafina Teixeira de Melo, 14 anos, paraense, doméstica, filha de Anastacio Teixeira e Salustiana Teixeira de Lima, moradora da comunidade Lago do Povo: “era esta a situação da infeliz Serafina, em seu todo exibida na justiça, perante as testemunhas, perante os medicos peritos”.³

O papel do perito era fundamental à produção da prova material do crime em investigação, no sentido de orientar a formação dos profissionais a realizar as perícias e quais as técnicas adequadas a serem utilizadas, o médico legisla e professor de medicina Afrânio Peixoto indicou que o exame médico legal deveria ser realizado por dois médicos legistas e observou que o emprego de peritos sem formação em medicina legal poderia acarretar em erro na elaboração do exame de corpo de delito, tendo em vista que: “erraram, porque não souberam vêr, não souberam dizer o que viram, e nomearam e classificaram mal, dando um resultado errôneo e insanável á perícia” (PEIXOTO, 1934, p. 123). Contrastando com o ensinamento por Peixoto, nas fontes catalogadas estes “especialistas”, em muitos processos, tinham formação diversificada e variados foram os casos em que declararam desempenhar a função de guarda sanitário, farmacêutico, odontólogo ou simplesmente “não profissionais”.

Competia aos peritos, através do exame de corpo de delito, a análise das provas materiais para que se tornasse possível caracterizar o referido crime. Isto significa que o corpo servia à justiça como vestígio material da infração e, além disso, a prova pericial tornava-se peça crucial à produção da sentença que objetivava reparar o delito cometido contra o que representava

³ Autos crimes de defloração, 1912. Autora: Justiça Pública. Réu: Raimundo Pereira da Silva. Ofendida: Serafina Teixeira de Melo.

a honra familiar e social: o corpo da mulher. Ademais, o exame pericial tornou-se importante “dispositivo de disciplina”, (FOUCAULT, 2004, p. 154) posto que, por intermédio das tarefas inerentes à sua execução – exposição, observação e classificação do corpo – tornava-se possível supor se as regras de controle e normatização do corpo e da sexualidade estavam sendo seguidas. O trabalho dos peritos não se restringia em atestar o rompimento do hímen, havia a necessidade de comprovar que o corpo desvirginado apresentava características de castidade. Em conformidade com isso, outra trama a ajudar sobejamente nestas explicações é o caso de defloração da menor Maria de Nazareth da Conceição, 19 anos, brasileira, solteira, lavradora, moradora da Colônia Benjamin Constant. Esta personagem, ao ter o corpo esquadrinhado, concluiu-se que, pelos vestígios, o defloração era recente e que aparentemente foram poucas as vezes que manteve relação sexual. Veja-se o excerto:

“(…) cor branca, sem signal algum de violência; apresenta os seios firmas; a região pubiana coberta abundantemente de pelos; grandes lábios desenvolvidos cobrindo os pequenos; Os pequenos lábios fortemente reguementados, digo, regmentados; hymem despedaçado e os seus retalhos frescamente cicatrizados formam saliências na entrada da vagina, são estreitos apresentando alguma dificuldade ao exame pelo toque degetal; nenhum corrimento existe; o clytoris e a fúrcula nada de anormais apresentam. Conclusão – deflorada recentemente e não se vem entregue ao comercio sexual.”⁴

Em outros termos, os peritos constataram que Maria tinha sido desvirginada, e mais que isso, que manteve abstinência quanto a outros contatos sexuais

⁴ Autos crimes de defloração, 1935. Autora: Justiça Pública. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição.

e essa particularidade foi bastante apreciada pelo magistrado Augusto Rangel de Borborema ao construir a sentença.

“Considerando que o defloramento está constatado pelo auto de exame de corpo de delicto de fl 33-34v.

Julgo procedente a denuncia de fl2 dos presentes autos para pronunciar, como de facto pronuncio, o reo Lindolpho de Paula Barros como incurso nas penas do art 267, combinado com o art 276, tudo do Codigo Penal da Republica; e o sujeito à prisão e casamento.”⁵

Por estes alinhamentos historiográficos, para além da análise das características físicas do corpo, os autos de crimes sexuais demonstram que o papel do judiciário ultrapassava a responsabilidade de somente julgá-los, porquanto também exercia a função de controlar condutas dos indivíduos, ou seja, normatizar como estes deveriam se comportar e viver a sua sexualidade, esta sendo condição sine qua non para aqueles que procurassem a proteção da lei. Exemplo de tal atribuição encontra-se no fragmento do discurso do juiz Augusto Rangel de Borborema que – na fabricação da sentença que absolveu o réu Benedicto Alfredo Maximiano da Costa, 23 anos, paraense, solteiro, agricultor, residente no Icarahú município de Bragança, da acusação de ter deflorado a jovem Domingas Maria Epiphania, 16 anos, solteira, doméstica, filha de Gualdino Alexandre da Costa e Joaquina Maria da Conceição, residente no Icarahú, município de Bragança – analisou, favorável ao denunciado, o resultado do exame pericial e também os relatos das testemunhas acerca do comportamento da reclamante. Veja-se:

⁵ Autos crimes de defloramento, 1935. Autora: Justiça Pública. Réu: Lindolpho de Paula Barros. Ofendida: Maria de Nazareth da Conceição.

“De facto, pelo auto de exame de corpo de delicto, um facto, apenas, ficou provado satisfactoriamente: a gravidez da paciente. Mas, a data de seu deflora-mento, se recente ou antigo, e o instrumento que occasionou, não obstante a pretensão dos peritos, continuam sem provas. (...) das testemunhas inquiridas, em numero de trez (3), uma só diz que a victima passava por virgem e honesta no lugar de sua residência. As outras testemunhas o são pe-remptoriamente contra o bom procedimento da victima (...)”.⁶

Preocupado com a moralização das condutas sociais, com a preservação da família e do casamento, o Estado passou progressivamente – com o importante apoio da legislação e das técnicas da medicina – a definir os códigos de conduta sexual a serem adotados por homens e mulheres. Neste contexto o corpo passou a ser o centro das atenções das políticas de controle social, definindo a sexualidade como conduta dependente de um controle disciplinante, que deveria ser exercido em forma de vigilância permanente. Na sociedade brasileira, os discursos dominantes construíram e definiram os papéis considerados apropriados ao homem e à mulher. Às mulheres era dispensada uma atenção especial, porque a elas foi atribuída a responsabilidade pela manutenção da moral familiar e coletiva, razão pela qual se tornaram o centro da preocupação com a defesa da moral social. Por isso, o controle, a vigilância e a normatização passavam prioritariamente pelo corpo feminino. Visto que, por ser “exageradamente sexualizado”, era compreendido como o responsável pela desregulação da sexualidade (SOHN, 2008, p. 109-154).

O corpo da mulher se encontrava circundado por discursos sociais que o prendiam a um determina-

⁶ Autos crimes de deflora-mento, 1921. Autora: Justiça Pública. Réu: Benedicto Alfredo Maximiano da Costa. Ofendida: Domingas Maria Epiphania.

do tipo de comportamento, de modo que os instintos deveriam ser controlados e vigiados. Interpreta-se que os discursos sociais acerca dos desejos sexuais femininos compreendiam a mulher como fisiologicamente mais propensa à perversão sexual do que o homem, visto que eram percebidas como dotadas de uma tendência natural de procriação sendo esta a responsável pelos instintos sexuais serem mais aguçados nelas do que nos homens (ENGEL, 2004, p.77). Portanto, o corpo feminino era compreendido a partir de significados conflitantes, umas vezes era concebido como o local de morada dos pecados, da vergonha e da desonra, mas, outras vezes era definido como representação da perfeição e inocência. Este conjunto de características atribuídas ao corpo feminino representava um risco à ordem, visto que “toda mulher em liberdade é um perigo e, ao mesmo tempo, está em perigo, um legitimando o outro” (PERROT, 2005, p. 447). Por isso, a necessidade de vigilância, mas também de proteção.

O corpo feminino, por ser compreendido pela sociedade bragantina novecentista também como o espaço do desejo sexual e do prazer, cujas vontades não podiam ser castradas, deveria existir constantemente sob a vigilância, sendo continuamente submetido à aplicação de normas e controles que conduziriam e controlariam o comportamento das mulheres em sociedade e as impediriam de exercer domínio sobre os homens. Portanto, o desejo sexual e a busca pelo prazer eram características desejadas somente ao homem, porque à mulher o ideal era o controle destes impulsos, protegendo a honra guardada em seu corpo virgem. A mulher idealizada pelo homem existia para atender as necessidades deste, para servir-lhe, atender-lhe os desejos, enfim, ser o abrigo dos instintos masculinos, o oposto jamais poderia acontecer, porque colocaria em risco a ordem desejada, onde o homem é o dominante e a mulher a dominada.

Em todos os momentos da vida o corpo da mulher não lhe pertencia, pois quando solteira ou casada, este é tutelado pela figura masculina, antes o pai, depois o marido. Ser virgem, esposa e mãe, este deveria ser o objetivo da mulher e o seu corpo tinha a obrigação de refletir o seu papel social, ou seja, antes do casamento manter-se virgem e depois ser mãe e esposa dedicada a satisfazer os desejos sexuais do marido. O que se esperava de uma mulher virtuosa, era que estivesse sempre a serviço da família, e sendo ensinada desde criança que o seu lugar é no lar, cuidando da harmonia e do bem estar do marido e dos filhos. Por isso, a sexualidade feminina estava intimamente ligada à ordem familiar, concebendo o corpo como o altar sagrado em que repousa a honra da família e conseqüentemente a da sociedade. Logo, consentir em manter relações sexuais por livre e espontânea vontade destoava do comportamento feminino idealizado pela sociedade e deveria ser combatido intensamente.

Portanto, não havia espaço na ordem social para a manifestação da sexualidade e do prazer feminino, o que não significa afirmar que eles não existiam, antes foram marginalizados. Apesar dos esforços empregados pelo Estado para consolidar o papel ideal da mulher na sociedade e o uso “adequado” do seu corpo, várias eram as práticas cotidianas que fugiam a esta disciplinarização do comportamento e do corpo feminino. Os processos pesquisados aqui são um exemplo de transgressão das normas de conduta sexual. Jovens como Jesuína Osória do Rosário, de 16 anos, solteira, doméstica, residente no Alto Quatipuru, município de Bragança⁷, que consentiu o coito e em seguida fugiu com o autor deste – seu cunhado – demonstram que o comportamento feminino, em diversas situações, era

⁷ Autos crimes de defloramento e rapto, 1921. Autora: Justiça Pública. Réu: Migue Pinheiro dos Reis. Ofendida: Jesuína Osória do Rozário.

contrário do daquele propagandeado pelas instituições disciplinadoras da sociedade e que, em muitos casos, as mulheres tinham consciência do valor atribuído pela sociedade ao corpo virgem e exerciam domínio do próprio corpo, utilizando-o como recurso para conquistar suas vontades, as quais poderiam ser desde obrigar o namorado à casar para evitar a prisão, ou até mesmo de obter à força a autorização dos pais para uma união por eles indesejada.

Referências Bibliográficas

Legislação:

Decreto 847, de 11 de outubro de 1890. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil.

Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal.

Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil.

Obras coevas:

BEVILAQUA, Clovis. Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1941.

PEIXOTO, Afrânio. Sexologia forense. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1934.

Bibliografia:

CAULFIELD, Sueann. Em defesa da honra: moralidade, modernidade e nação no Rio de Janeiro (1918-1940). Campinas: UNICAMP, 2005.

ENGEL, Magali. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro (1840-1890). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

ESTEVES, Martha de Abreu. Meninas perdidas: os populares e o cotidiano do amor no Rio de Janeiro da Belle Époque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 2004.

PERROT, Michelle. As mulheres ou os silêncios da história. Bauru: EDUSC, 2005.

SOHN, Anne-Marie. O corpo sexuado. In: CORBIN, ALAIN e Outros. (Orgs.). História do corpo: As mutações do olhar. O século XX. Vol.3. Petrópolis: Vozes, 2008, pp. 109/154.

GUARDA DE CAIS DO PORTO E SEGURANÇA PAGA NO RIO DE JANEIRO NOVECENTISTA (1919-1945)

Pedro Guimarães Marques¹

Em novembro de 1919, um grupo de comerciantes da *Associação Commercial do Rio de Janeiro*, liderados pelo seu presidente José Dias Taváres, levou ao chefe de polícia Germiniano da Franca um abaixo-assinado que solicitava a autorização para organização de uma “polícia especial” na extensão do Cais do Porto, onde ficavam os trapiches e os armazéns exteriores ao porto do Rio de Janeiro.² O pedido correspondia a receios em relação ao aumento, nos últimos anos, de roubos nos armazéns portuários em terra, e nas embarcações ancoradas próximas ao porto esperando o processo de capatazia findar. A área Baía de Guanabara, relativamente despolicada por conta dos parques efetivos da Polícia Marítima, bem como a falta de recursos materiais desta para o exercício de rondas mais eficientes, fora aproveitada por homens pobres inseridos em uma teia de roubos de produtos realizada ilegalmente.

Diariamente, os jornais alardeavam o livre agir dos ladrões na baía. Os “ladrões do mar”, ou “piratas”, formavam quadrilhas retratadas como violentas e permeadas por vínculos com trabalhadores ligados ao transporte de mercadorias para a cidade. Sua atuação podia envolver desde o conluio com vigias, responsáveis por zelarem pelas embarcações à noite, até a sua cooptação de “breus”³ catraieiros, estivadores ou car-

¹ Doutorando pelo Departamento de História da Puc-Rio e pós-graduando em Especialização de Ensino de História pelo Colégio Pedro II. Pesquisa financiada com verba CNPQ. E-mail: pedromrqs@hotmail.com

² A Guarda do Caes do Porto. *Jornal do Brasil*, 18 dez. 1919, p. 11.

³ Ocupação de indivíduos que tinham permissão e subiam em navios ancorados pela Baía de Guanabara para venderem seus produtos, como comida, etc.

roceiros, posições laborais exploradas e adotadas por homens pobres. A associação feita por jornais do crime de roubo de mercadorias a estas classes por vezes levava indivíduos ou representantes de suas associações a se defenderem contra acusações de mancomunações. Ao jornal *A Época*, em 1913, por exemplo, escrevia um grupo de vigias da companhia Lamport & Holt “para protestar energicamente contra a inverdade” publicada pelo *Jornal do Brasil* na qual se chegava à conclusão pelos relatos da polícia “de que parte dos roubos em embarcações carregadas de mercadorias, são feitas de acordo com os respectivos vigias”.⁴

Os roubos, mesmo heterogêneos, miravam em especial as sacas de café que trafegavam pelo porto. Era uma prática antiga o roubo do produto ali. Erika Arantes (2010, pp. 166-167) aponta como negros que labutavam na estiva, na época da escravidão, por vezes se apropriavam de grãos das sacas para revendê-los ao comércio local e, com a renda, juntarem pecúlio. A prática de roubo das sacas parece ter persistido no tempo, visível nos noticiários, não abrangendo apenas negros pobres, mas também imigrantes, como o caso de portugueses. O delegado Eurico Cruz, em *Os Ladrões no Rio* (1903), detalha o procedimento dos roubos. Sucediam-se à noite, quando os ladrões do mar saíam de suas bases de lanchas para irem até botes mercantes presos aos navios que pernoitavam esperando o escoamento dos produtos. Estes botes menores eram usados para levar mercadorias até trapiches.⁵ Cortavam então as cordas que prendiam a embarcação ao navio, esperavam a maré afastá-la e então a invadiam, aproveitando-se da escuridão para consumir o roubo. De-

⁴ Um Protesto. *A Época*, 17 dez. 1913, p.2.

⁵ Os trapiches na região portuária eram muitos e não possuíam profundidade o suficiente para comportarem grandes navios, por isso o transporte de produtos para os armazéns localizados neles era feito por chatas ou saiveiros.

pois, levavam o espólio para um local diferente do qual tinham zarpado. Por fim, vendiam-no aos “intrujões”, nome dado aos comerciantes que compravam mercadorias roubadas sabendo de sua procedência, pois pagavam um preço menor por elas.

As reportagens sobre os crimes do mar associavam eles a populares que habitavam as redondezas do porto. Importa lembrar que, historicamente, as freguesias que compunham a região portuária, como São Cristóvão e Santa Rita, eram lar de parcela expressiva de negros e imigrantes portugueses (MANTUANO DA FONSECA, 2019). Tais grupos eram vítimas de constante suspeição policial, numa época na qual a polícia carioca incorporava os pressupostos da predisposição biológica ao crime (atavismo) do criminologista Césare Lombroso. Por outro lado, imbuídos da ideia das *classes perigosas* (ver: CHALHOUB, 1996), na qual os pobres em condições precarizadas eram retratados como perigosamente situados a um passo do mundo do ócio e crime, os jornais retratavam seus locais de moradia como foco de proliferação de ladrões. O bairro da Saúde era tido como um dos covis de criminosos, onde eles se articulavam para tramar seus próximos delitos.⁶ O morro da Favela, associado à violência, era visto com receio pela sua proximidade a uma área comercial tão importante como o porto. O termo “favela” já era usado como um conceito negativo nos primeiros anos do século XX. Há, por exemplo, referências jornalísticas à Ponta do Caju, lugar onde habitavam pescadores e comerciantes de baixo poder aquisitivo, chamando-a de “favela marítima”, pela pobreza que irradiava com as suas palafitas (ver foto abaixo) e sua descrição como um dos covis dos ladrões do mar.⁷

Ladrões do mar! A Rua, 29 ago. 1923, p.1.

⁶ O quartel general dos arrombadores. A Rua, 24 out. 1915, p.1.

⁷ Ibid. A Gamboa e o Retiro Saudoso também eram retratados como lócus de ladrões do mar.

O aumento dos roubos a produtos embarcados ou em armazéns no cais resultaram em dois efeitos. Em primeiro lugar, como o peso do valor roubado recaía sobre o colo dos capitães das embarcações vitimadas, o frete de navegação para o porto da capital havia encarecido, forçando empresas a pagarem mais pelo transporte de suas mercadorias.⁸ Mais grave ainda, companhias de seguros estrangeiras passaram a se recusar a cobrir os riscos de transporte de mercadorias para o Rio.⁹ A elevada taxa de extravio delas tornava dispendioso os seus ressarcimentos por essas companhias. Importantes credoras de títulos públicos, a dinamização da economia brasileira na segunda metade do século XIX trouxera uma maior fatia de empresas deste setora investir na cidade do Rio (LANNA, 2018). A *Associação Commercial do Rio de Janeiro*, por outro lado, possuía, desde longa data, membros importantes que eram diretores de companhias de seguros, detentores de fácil acesso a crédito e laços de apadrinhamento com autoridades (VIEIRA, 2011, p.78; BOHRER, 2016, pp. 45-46). A falta de garantias vinda da recusa de co-



⁸ Sem título. *Jornal do Commercio* – Edição da Tarde, 2 set. 1915, p.2.

⁹ *Polícia do Caes do Porto*. *Jornal do Commercio*, 29 mai. 1926, p.10.

berturapelas companhias de seguro levou companhias de navegação transatlântica a ameaçarem a suspensão de linhas com parada ou destino à capital, o que por sua vez carregava uma séria ameaça às finanças do governo federal. Uma parte expressiva do seu orçamento provinha da tributação feita pela Alfândega do Rio de Janeiro sobre produtos importados que chegavam pelo mar. Esta dependência ficara explícita no desequilíbrio fiscal que infligira o país anos antes, provocado pela expressiva diminuição na entrada de produtos importados no Brasil durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), o que levou o presidente Venceslau Brás a procurar por novas formas de captação de recursos no período, como a ampliação da base de produtos sujeitos à imposto de consumo, revisão de contratos de linhas férreas e de portos no país e a emissão de papéis da dívida pública (VIEIRA, op. cit., p.148). Os roubos poderiam estar inseridos numa rede de contrabando ou não. Essa prática englobava uma série de sujeitos, desde os ladrões do mar e seus contatos, até agentes da Alfândega.¹⁰ Fora as habituais denúncias acerca de desleixos de guardas alfandegários, falta de instrução e de equipamentos, denunciava-se que as altas taxas alfandegárias sobre a importação estimulavam a sua prática.

Juridicamente, o contrabando era tipificado como crime no Código Penal. Junto da pena criminal, havia a pena fiscal definida pela jurisdição administrativa. No primeiro caso, aplicava-se quatro anos de prisão celular, determinada pelo Código Criminal de 1890 e sob a competência da Justiça. O ato era definido no artigo 265 como

¹⁰ Uma revista comercial informou que um dos problemas do contrabando era a atuação dos ladrões do mar e a cumplicidade de agentes do fisco com os desvios. Reconhecia avanços da Administração das Finanças no combate ao problema, mas apontava que um entrave era a impunidade na pena aos agentes. *Les Ennemis du Trésor. Revue Commerciale Financière et Maritime*, 6 fev. 1910, p.1.

Importar ou exportar gêneros ou mercadorias proibidas; evitar no todo ou em parte o pagamento dos direitos e impostos estabelecidos sobre a entrada, saída e consumo de mercadorias e por qualquer modo illudir ou defraudar esse pagamento – pena – de prisão cellular por um-quatro anos, além das fiscais (Estudos de Direito Penal. Vida Policial, 9 jan. 1925, p. 4).

A pena criminal independia da jurisdição administrativa. Esta, por sua vez, eram atribuições ditadas por repartições do fisco, sob o comando do Ministério da Fazenda, que determinavam como proceder para identificar e reprimir a prática. Investigações da Alfândega, regidas por tal jurisdição, poderiam servir como provas para a incriminação de suspeitos por contrabando no âmbito judiciário. Pelas atribuições determinadas pela jurisdição administrativa, calculava-se o prejuízo dos objetos contrabandeados ao Tesouro nacional, aplicando-se a multa contra o culpado de exercê-lo.

Desde a entrega da petição para a criação do grupo em novembro, passou-se um mês. Em dezembro ela foi autorizada e a inauguração ocorreu no último dia do ano. A celeridade na instalação da corporação prova a sua importância. Destarte, ela foi comandada pelo policial militar João Machado Gouveia, auxiliado por sub-inspetores, geralmente oriundos da Brigada Militar. O recrutamento de guardas sob o seu comando era preferencialmente voltado para ex-militares, por se esperar deles maior experiência, disciplina e robustez física para as rondas. O que se observa é que homens pobres assumiam estas posições.

A administração financeira ficou ao encargo de uma diretoria escolhida pelas empresas subscritoras. Ela era composta por um posto de presidente, um secretário e um tesoureiro. Os primeiros a ocuparem os respectivos cargos foram Petersen Swanson, diretor da

Brazilian Warrant, empresa de capital inglesa do ramo de exportação de café, e da Companhia Armazéns Gerais Minas e Rio, João Augusto Alves, diretor do Lloyd Sul Americano, companhia de seguros marítimos e terrestres com sede no Rio, bem como presidente da *Empresa Transporte, Commercio e Indústria*, e Paulo Henrique Denizot, importante industrial e um dos maiores depositários de minério no porto.¹¹ Por requisição, a diretoria podia se reunir com assinantes para apresentar balancete de despesas, discussão, o de sugestões e resoluções.

A Guarda do Cais do Porto (G. C. P.) possuía duas divisões. Uma para a vigilância dos armazéns onde ficavam mercadorias dos seus pagantes, feita através do policiamento ostensivo que ia das 17h às 7h nos dias úteis e dia e noite nos feriados. Já a repartição de investigações tinha o dever de rastrear os produtos furtados e recuperá-los, além da captura de ladrões do mar fugitivos e descoberta dos comerciantes receptores. As atribuições da G. C. P. foram ditadas em sua inauguração. Cabia a ela não só a proteção da propriedade de seus pagantes, mas rondar a baía de lancha para apreender contrabandos, podendo ser usada pela Polícia Marítima ou pela Alfândega; podia ser aquartelada e usada pela Brigada Policial para repressão a greves. Tais deveres marcaram a permanência das fronteiras que separava o que era considerado “público” e “privado” na questão do policiamento no Distrito Federal. A G. C. P. se portava mais como uma unidade ao encargo de policiais – pagos –, que não deixaram de ser reconhecidos enquanto tais (não precisaram se desfiliar da Brigada Policial para assumir os cargos) durante o exercício de suas funções nela. Pode-se perceber que o uso dos agentes na corporação por órgãos estatais significava seu aproveitamento para expansão da capacidade co-

¹¹ Guarda do Caes do Porto. op. cit.

ercitiva deles, sem dispêndio aos cofres públicos. No início, a G. C. P. ficou sob a fiscalização da Inspetoria de Investigações e Segurança Pública.

O tipo dos serviços da G. C. P. não é um ineditismo para a época. Desde 1889, havia a emergência dum mercado da segurança carioca, impulsionado pela demanda de comerciantes com negócios situados nos bairros comerciais da região portuária. As guardas noturnas foram organizações de vigilância noturna paga criadas pela pressão de comerciantes receosos com os crimes de invasão noturna às propriedades (ver: MARQUES, 2019). A inauguração da primeira delas veio da delegacia da Candelária, traçada pelo seu subdelegado, Antônio de Castilho Maia. Policial, era comerciante de miudezas de armarinho, diretor da companhia de seguros Lealdade, membro da Junta Comercial e guarda nacional. Depois de desenhar um projeto para a corporação, junto do seu escrivão, Eduardo de Siqueira, o levou ao chefe de polícia, que acatou o pedido. A partir de então, as guardas noturnas se disseminaram pela cidade num movimento centrífugo, indo do seu centro comercial, onde eram mais requisitadas, para os arrabaldes da capital, na medida em que ela crescia demograficamente e fisicamente. Em 1922, eram 22 (uma por freguesia), com 491 vigilantes, atendendo a 22.517 contribuintes e cuja receita conjunta chegava a 1.007:475\$200.¹²

A polícia civil assumia uma postura de fiscalização sobre as guardas noturnas. Em 1900, ela decretou um estatuto geral para regulamentar as atribuições destas corporações, geridas financeiramente pelos seus assinantes. Ele fixava regras para a nomeação do pessoal e os deveres dos vigilantes. Concomitante-

¹² No levantamento de 1922, a guarda do 15º distrito policial não entregou seu total de receitas e de assinantes, portanto se pressupõe o número ter sido maior. Inspetoria das Guardas Nocturnas. Arquivo Nacional (AN), Códice OI, Fundo Gifi – Documentos de Polícia, caixa 6c538, 6 mar. 1923.

mente, existiam os estatutos internos de cada guarda noturna, que descreviam os deveres e direitos de seus membros (além dos vigilantes, contribuintes e membros diretores). O estatuto geral proibia que policiais servissem nas guardas noturnas. Era pré-requisito a sua exoneração, caso desejassem migrar para aquelas. Contudo, percebe-se a burla desta regra.¹³

Na G. C. P., a situação diferia. Não houve de imediato a formulação de um estatuto que legalizasse as suas ações. Coube ao chefe de polícia expedir decretos que validavam os serviços de seus empregados, mas estaincerteza jurídica fez os seus assinantes se mobilizarem para produção de um estatuto próprio. Feito em 1925, o documento especifica as funções da G. C. P., seu raio de ação, o seu funcionamento financeiro e direitos dos clientes. Nele se definem os principais grupos responsáveis pela sustentação financeira da corporação e de onde deveriam sair os membros que compunham a diretoria: a *Associação Commercial do Rio de Janeiro*, a *Alfândega carioca*, o *Centro de Navegação Transatlântica*, o *Centro de Proprietários de Vehiculos*, o *Centro de Empreiteiros de Estivas*, o *Centro do Commercio de Café*, a *Companhia das Docas*, o *Lloyd Brasileiro* e a *The Leopoldina Railway Cox. Ltda.*¹⁴

A existência da G. C. P. traz um aspecto novo para se pensar os serviços policiais numa época de consolidação dos Estados-nação e estruturação das chamadas “polícias modernas” em distintos países. Ela mostra uma dimensão privada de um serviço considerado público¹⁵ e que foi tradicionalmente aborda-

¹³ Em 1905, por exemplo, vários policiais foram exonerados por se constatar sua participação irregular em guardas noturnas. A Polícia. *Jornal do Brasil*, 18 nov. 1905, p.2.

¹⁴ Sociedade Mantenedora da Guarda do Caes do Porto. Rio de Janeiro: Typographia Alba, 1926, p.1. Loc: Arquivo Nacional (AN). Fundo 001 – Administração do Porto do Rio de Janeiro, Códice 01, unidade de arquivamento 154, vol. XXIII.

¹⁵ Compreende-se “serviço público” do ramo policial enquanto um que é fi-

do pela historiografia brasileira a partir de uma perspectiva centrada no Estado (BRETAS, 1997; MARTINS, 2014; GALEANO, 2016). Esta pesquisa procura alargar o escopo de participação de sujeitos na construção da segurança pública no Rio de Janeiro, inserindo nela a iniciativa privada. Comerciantes, moradores locais e empresas transnacionais formam um elo para complexificarmos a gama de agentes e surgimento de distintas formas de policiamento neste universo. Com isso, podemos até mesmo pôr sob escrutínio o próprio conceito do que era chamado de “público”, num contexto no qual sua diferenciação para o que era considerado “privado” habitava fronteiras porosas.

Referências Bibliográficas

Jornais/revista:

A Época (RJ), A Notícia (RJ), A Rua (RJ), Gazeta de Notícias (RJ), Jornal do Brasil (RJ), Jornal do Commercio (RJ), Jornal do Commercio – Edição da Tarde (RJ), O Paiz (RJ), Revue Commerciale Financière et Maritime (RJ), Vida Policial (RJ).

Documentos:

Inspeção das Guardas Nocturnas. Arquivo Nacional (AN), Códice OI, Fundo Gifi – Documentos de Polícia, caixa 6c538, 6 mar. 1923. Sociedade Mantenedora da Guarda do Caes do Porto. Rio de Janeiro: Typographia Alba, 1926. Arquivo Nacional (AN). Fundo 001 – Administração do Porto do Rio de Janeiro, Códice O1, unidade de arquivamento 154, vol. XXIII.

Bibliografia

BOHRER, Saulo Santiago. O Porto, a cidade e a Gazeta: considerações sobre a economia do Rio de Janeiro oitocentista com base na Gazeta do Rio de Janeiro. In: BRANDAO, Rafael Vaz da Motta; CHAVES, Mônica Piccolo Almeida; CORREA, Maria Leticia (Orgs.). História Econômica e Imprensa. 1ª ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, pp. 37-56.

BRETAS, Marcos Luiz. Ordem na Cidade – O exercício da autoridade policial no Rio de Janeiro: 1907-1930. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte

nanciado por impostos, cujos funcionários respondem à burocracia estatal e prestam serviços à sociedade para o cumprimento da lei.

imperial.4ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2006.

GALEANO, Diego Antonio. Criminosos viajantes – circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires: 1890-1930. 1ª ed. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

LANNA, Beatriz Duarte. Crédito e Imperialismo na economia brasileira: o caso das companhias de seguros (1889-1914). Dissertação de mestrado(História), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade do Estado de São Paulo, São Paulo, 2017.

MANTUANO DA FONSECA, Thiago Vinícius. A região portuária do Rio de Janeiro no século XIX: aspectos demográficos e sociais. Almanack, Guarulhos, n.21, p. 166-204, abr. 2019.

MARQUES, P. G. Morcegos e Policiais: Guarda Noturna e vigilância urbana no Rio de Janeiro (1885-1912). Dissertação de mestrado (História), Centro de Ciências Sociais - Departamento de História, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2019.

MARTINS, Marcelo Thadeu Quintanilha. A Civilização do Delegado: Modernidade, polícia e sociedade em São Paulo nas primeiras décadas da República, 1889-1930. 1ª ed. São Paulo: Alameda, 2014.

REIS, Vicente. Os ladrões no Rio. 1ª ed. Rio de Janeiro: Laemmert & C., 1903.

VIEIRA, Nívea Maria Silva. ACRJ e o Porto: definição e redefinição de políticas públicas para o porto do Rio de Janeiro. Tese de doutorado (História), Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

PROCESSOS JUDICIAIS NA HISTÓRIA: ANÁLISE DO DISCURSO COMO FERRAMENTA METODOLÓGICA PARA FONTES OFI- CIAIS E CONTRADIÇÕES DISCURSIVAS

Mayla Louise Greboge Montoia¹

Introdução

Esta comunicação é uma versão resumida de algumas reflexões realizadas ao longo da monografia, bem como, da pesquisa de mestrado que encontra-se em andamento sob orientação da Profa. Dra. Roseli Tezozinha Boschilia, na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Nela são utilizados processos judiciais da comarca de Curitiba do ano de 1870, que estão localizados no Arquivo Público do Paraná. A trajetória desta pesquisa começou ainda no ano de 2018, através de uma Iniciação Científica na qual foi possível ter contato com as fontes judiciais e, desenvolver uma metodologia de pesquisa que pudesse torná-las mais acessíveis para análise. Por serem fontes manuscritas, que sofreram com a ação do tempo e também com de problemas de guarda, elas são de difícil codificação e demandam muito esforço por parte do pesquisador. Com o passar do tempo no arquivo e com alguns estudos sobre leitura paleográfica, foi possível entender o conteúdo das fontes e assim, transcrevê-las para melhor analisá-las. Essa etapa foi fundamental para o desenvolvimento inicial da pesquisa aqui apresentada que teve como primeiro resultado a Monografia de Conclusão de Curso no ano de 2019, intitulada “A presença de imigrantes portugueses nos Arquivos Judiciais do Paraná: o caso dos acusados em Curitiba na década de 1870”.²

¹ Bolsista CAPES e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Boschilia, na linha Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. E-mail: grebogemayla@gmail.com

² O arquivo encontra-se disponível no site do Departamento de História

Segundo dados do Arquivo Público do Paraná, estima-se que entre os anos 1850 e 1880 foram registrados em Curitiba 2.122 processos judiciais. Ao longo da pesquisa no arquivo foi possível constatar uma expressiva presença de imigrantes portugueses nos processos judiciais da cidade. Um levantamento de dados cuja amostra foi de aproximadamente 340 processos judiciais (cerca de 16% do total de processos registrados) revelou o envolvimento de imigrantes portugueses em 144 destes. A forte presença do grupo nas questões judiciais e sua inexpressiva participação enquanto acusados, nos leva a refletir sobre o que esse envolvimento do grupo pode revelar sobre suas relações com as pessoas da cidade receptora. A pesquisa inicial se centrou nos processos de imigrantes portugueses acusados, que revelou, mesmo em um pequeno recorte, que era possível estabelecer relações entre a criminalidade e a imigração, uma vez que o tipo de imigração dos portugueses estava diretamente relacionada com os tipos de crimes por eles cometidos.

Diferentemente de outros grupos imigrantes radicados na cidade no período, os portugueses tendiam ao estabelecimento nos espaços urbanos e desenvolviam atividades comerciais, em detrimento das atividades agrícolas no campo e com suas famílias, como era comum em grupos imigrantes de italianos e poloneses, por exemplo. A fixação urbana e a dedicação ao trabalho comercial ajudam a compreender porque a maior parte dos crimes encontrados eram “crimes contra a propriedade”, isto é, sendo crimes de danos materiais ou fraudes. Além disso, foi possível encontrar na cidade diferentes perfis econômicos dos imigrantes, constatação que demonstra ser bastante complexo o tecido social de Curitiba e, informação que coloca em

da Universidade Federal do Paraná (DEHIS/UFPR), na aba Monografias – Bacharelado e Licenciatura em História, arquivo do segundo semestre de 2019.

xeque a suposta ideia de imigrantes bem sucedidos ou laboriosos de forma homogênea.

Pelos limites de tempo e espaço, a Monografia se limitou a um grupo específico e poucos processos. Porém, as fontes ainda poderiam ser trabalhadas de diferentes perspectivas e somadas a outras em uma problemática maior. Desta forma, no mestrado o recorte saiu dos acusados para pensar a participação dos imigrantes portugueses nos processos de maneira geral, com vistas a ampliar a compreensão de suas relações sociais. Assim, algumas questões iniciais foram colocadas. Como estão inseridos os imigrantes portugueses localizados em Curitiba? Com quais pessoas eles se relacionam (para quem depõem, com quem se aliam, quem defendem)? Como podem ser definidas essas relações (familiares, sociabilidade, sociedade, sociação)? Nesta nova etapa da pesquisa, que encontra-se em andamento, a proposta é pensar o que essa expressiva participação nos processos judiciais revela sobre a inserção dos imigrantes portugueses na sociedade de destino.

Processos judiciais como fonte histórica

Pesquisar através de processos judiciais é uma tarefa que exige cautela do historiador. Trabalhar com esse tipo de fonte é trabalhar com uma documentação oficial, produzida por uma instituição que possui fins práticos e que é constantemente marcada por uma série de interferências. Apesar dos processos possuírem uma forma comum, eles variam muito de um para outro, especialmente se forem manuscritos - como no caso desta pesquisa. A historiadora portuguesa Irene Vaquinhas afirma que esses documentos:

São uma fonte volumosa, se não avassaladora, o que coloca ao investigador alguns problemas: de

leitura (pelo grande número de processos, bem como de intervenientes em cada processo, cada qual com a sua própria caligrafia, o que dificulta a decifração); pelo número de páginas dos processos (oscilando entre um mínimo de uma dezena e um máximo de um milhar); pela morosidade que implica a sua transcrição, exigindo paciência e disponibilidade. (VAQUINHAS, 2011, p.112).

Apesar da especificidade da documentação manuscrita, que demanda leitura paleográfica e transcrição, esse tipo de documento é sempre uma fonte oficial. Desta forma, o caráter institucional dessa documentação acaba limitando o horizonte de perspectivas, uma vez que esse tipo de documento é produzido com fins práticos. Assim, é natural encontrar nos processos judiciais momentos áridos de informação e uma linguagem jurídica que confere ao texto uma fixidez, porque visa a objetividade e cria uma uniformização das falas. Ainda assim, esse tipo de documento permite diversos recortes uma vez que apresenta muitas informações objetivas e também detalhadas.

Além da questão oficial desse tipo de documentação, mesmo não sendo manuscrita, o procedimento jurídico tende a ser estruturado geralmente em dois grandes momentos: 1) O primeiro possui um caráter mais investigativo, geralmente iniciado por uma denúncia de crime, ou constatação do mesmo, por flagrante, a partir da qual são selecionados fatos e pessoas que ajudem a esclarecer o que aconteceu; 2) E o segundo, de caráter mais deliberativo onde se formaliza o processo e as consequências dele decorrentes.

Na primeira etapa evidenciamos o primeiro procedimento rumo a construção de uma verdade oficial, uma denúncia com fatos e julgamentos muitas vezes pessoais que passa pela polícia, através do inquérito policial, para depois, se necessário chegar nas mãos do Juiz. Ou seja, logo no começo a linguagem é filtrada

por diferentes instâncias, e continua a ser filtrada até o fim do processo pelas mãos da justiça. Apesar disso, é nessa primeira parte onde mais podemos encontrar contradição devido à grande quantidade de testemunhos, coletados, no “calor do momento” (CORRÊA, 1983, p.42). A experiência do crime ou os sentimentos de revolta ainda estão muito presentes, fator que tende a transparecer nessa primeira etapa e nos primeiros depoimentos.

Ouvidas as testemunhas e constatado o crime, a denúncia é formalizada e encaminhada para o Juiz da Comarca responsável - mas nem sempre. Recebendo a denúncia, o réu é convocado para a interrogação. Essa é a parte dos processos onde se encontram os dados mais quantitativos, porque são realizadas várias perguntas objetivas aos réus. Feito o interrogatório, temos uma das partes com mais conteúdo qualitativo dos eventos que são as testemunhas, estas acabam tendo mais liberdade narrativa para discorrer sobre o crime. Assim, elas podem incluir elementos que julgam importantes para o processo que muitas vezes são informações reveladoras para o historiador.

Concluída esta fase, tem início uma segunda etapa dos processos, de caráter mais deliberativo, onde se formaliza o processo e as consequências dele decorrentes. Nela, temos uma grande presença da justiça na ordenação desses discursos e fatos, onde se cria uma narrativa que se cristaliza no tempo através de um discurso de autoridade. Aqui o caráter oficial das fontes e as relações de poder entre os entes jurídicos se mostram muito claras, são os juízes e promotores que detém o poder da palavra, que organizam quem pode ou não falar, bem como a ordem desses discursos. Esses agentes, definidos por Mariza Corrêa como “manipuladores técnicos de fala” possuem um lugar institucional que lhes permite limitar as possibilidades discursivas

dos demais envolvidos.

Esse tipo de interferência apesar de normal - uma vez que essa documentação foi produzida para atender demandas cotidianas de justiça - não deve ser descartada, porque cada intervenção é condicionante para o conteúdo do que consta no processo dentro de um universo de possibilidades. Contudo, independente da etapa devemos olhar com criticidade os discursos e observá-los como uma construção, especialmente nesta, onde a justiça representa uma instância de poder-saber, incumbida de produzir a sua verdade.

Para aqueles que não desejam realizar uma história institucional, é possível adotar um recorte que objetive compreender melhor os demais locutores dentro dos processos, como neste caso, onde a ênfase recai sobre as trajetórias individuais dos imigrantes portugueses e suas possíveis redes de sociabilidade. Pensando nisso, a Análise do Discurso de vertente francesa foi adotada nesta pesquisa como suporte teórico metodológico. A proposta dessa teoria semântica permite investigar textos dando ênfase ao sentido das narrativas, ao local dos sujeitos e o contexto no qual estão inseridos, contemplando assim, muitos elementos fundamentais para se pensar a estrutura e os envolvidos em um processo judicial.

Análise do discurso como ferramenta metodológica

A Teoria de Análise do Discurso surgiu na França durante a década de 1960 como uma teoria de análise inovadora dentro dos estudos linguísticos. Ela trazia uma nova perspectiva para o estudo da linguagem que se opunha ao então vigente estruturalismo, causando assim, uma ruptura epistemológica com o que até então era comum no âmbito das letras. O estruturalismo, possuía como um de seus maiores nomes o linguista

Ferdinand de Saussure, para o qual, a linguagem e a língua eram vistas como sistemas fechados, distantes de quaisquer influências externas, pois em sua ótica, o contexto não impactava em nada a estrutura do texto. Nas palavras de Fernanda Mussalim, na concepção dessa vertente “a língua não é apreendida em sua relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema fechado sobre si mesmo” (MUSSALIM, 2001, p.102).

É em oposição a essa vertente que se estabelece a Análise do Discurso (AD), por dar atenção à exterioridade e ver o discurso como um objeto sócio-histórico e ideológico. Essa perspectiva, mais que pensar *o que o texto quer dizer? Refletia sobre o sentido de um texto em determinada realidade histórica*. Essa perspectiva era uma oposição ao estruturalismo que não considerava essa relação com o mundo, e que encontrou no marxismo, mais especificamente no materialismo histórico dialético uma forma de pensar a realidade concreta. Mais tarde a psicanálise lacaniana viria para complementar a teoria com suas contribuições acerca do sujeito. Fernanda Mussalim assim define essa teoria semântica:

Calçada no materialismo histórico, a AD concebe o discurso como uma manifestação, uma materialização da ideologia decorrente do modo de organização dos modos de produção social. Sendo assim o sujeito do discurso não poderia ser considerado como aquele que decide sobre os sentidos e as possibilidades enunciativas do próprio discurso, mas como aquele que ocupa um lugar social e a partir dele enuncia, sempre inserido no processo histórico que lhe permite determinadas inserções e não outras. Em outras palavras, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem que tenha consciência disso (e aqui reconhecemos a propriedade do conceito lacaniano de sujeito para a AD), a ocupar seu lugar em determinada formação social e enunciar o que lhe é possível a partir do lugar que ocupa (MUSSALIM, 2001, p.110).

Dois grandes nomes ligados a essa vertente francesa que vão se dedicar à discussão dessas questões, são eles, o linguista Jean Dubois, e o filósofo Michel Pêcheux. Ambos partilhavam convicções políticas comuns, acreditando no fim da sociedade de classes e defendendo a importância do materialismo histórico nas análises científicas. Desta forma, a teoria semântica que se afirma como uma ruptura epistemológica no campo da linguagem vem antes como uma inspiração política, do que como oposição ao estruturalismo.

Mas e como tudo isso se conecta com a perspectiva marxista e materialista? Retomando uma citação de “A Ideologia alemã”, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam que “as ideias dominantes numa época nunca passaram das ideias da classe dominante” (BOITEMPO, 2015, p.47). O trecho é pequeno mas permite compreender o que os dois entendem por ideologia, isto é, uma produção que se realiza no campo das ideias mas que está dialeticamente conectada com as condições sociais e históricas em que são produzidas. No caso dos processos judiciais, podemos pensar que as leis e normas sociais são ditadas por um lugar institucional comandado por uma classe dominante, que organiza regras sociais com a finalidade de manter uma harmonia social que não modifique as posições de poder. Da mesma forma que operam os agentes jurídicos que detêm o poder da fala e da construção da verdade, impactando os discursos. Apesar de ser um autor de vertente teórica diferente, Foucault explica a conexão do discurso com as relações de poder, que neste caso parece muito elucidativo, conforme apresenta Helena Brandão:

O discurso é o espaço em que saber e poder se articulam, pois quem fala, fala de algum lugar, a partir de um direito reconhecido institucionalmente. Esse discurso, que passa por verdadeiro, que veicula saber (o saber institucional), é gerador de poder; a produção desse discurso gerador de poder

é controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certos procedimentos que têm por função eliminar toda e qualquer ameaça à permanência desse poder. (BRANDÃO, 2012, p. 37).

À vista disso, afirma Eni Orlandi que na análise “devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas, pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia” (ORLANDI, 2002, p.71). Aqui a autora descreve de maneira resumida um longo procedimento metodológico de análise, diferenciando discurso de texto. Para ela, o texto seria uma unidade de análise afetada pelas condições de produção, sendo portanto, um objeto linguístico-histórico que é parte de um sistema discursivo mais amplo. Já o discurso seria um processo social composto de vários textos através do qual seria possível compreender o sentido de um dado recorte. É sobre o discurso enquanto conjunto de textos que fala o analista do discurso, não de textos isolados. Para Orlandi, o resultado dessa análise seria então “a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições” (ORLANDI, 2002, p.72). É com base nesta perspectiva que a atual pesquisa vem se constituindo, tomando os vários depoimentos dos processos como textos e considerando discurso que se apresenta por meio da linguagem como meio de expressão da ideologia.

Nesse sentido, a noção de ideologia é um conceito indispensável uma vez que ela atua nas formações discursivas como um instrumento de dominação de classe porque a classe dominante faz com que suas ideias passem a ser ideias de todos, numa ilusão (até mesmo jurídica) de que todas pessoas são iguais.

A questão porém, é que língua é indiferente a questão de classe, mas as pessoas que a usam não, por isso as condições de produção são tão importantes,

pois determinam as possibilidades de discurso (nos processos isso fica bem marcado, especificamente por quem pode falar e silenciar o outro, quem paga um advogado e tem mais espaço pra falar ou não). Conforme aponta Orlandi:

Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma outra formação discursiva. O analista deve poder explicitar os processos de identificação pela análise: falamos a mesma língua mas falamos diferentemente (ORLANDI, 2002, p.60).

Alguns teóricos como Louis Althusser vão desenvolver conceitos e problematizações partindo dessa perspectiva e vão aprofundar o debate, defendendo que estudar a linguagem permite compreender a sociedade em si, porque a materialidade discursiva reflete uma realidade concreta. Porém, dependendo da posição social do sujeito enunciador temos enunciados diferentes. E o que determina isso são as condições de produção, e possibilidades discursivas de cada um deles. No atual recorte da pesquisa, podemos pensar no caso dos escravizados como exemplo. Dentro de uma sociedade escravista na qual eles estão na base da pirâmide social, é muito provável que suas produções discursivas estejam limitadas pelo lugar social que ocupam. Se um escravizado vai depor contra ou a favor de alguém, é muito provável que dependendo do que ele fale no processo haja alguma consequência futura e pessoal. É preciso lembrar que no próprio Código Criminal de 1830, vigente no período do recorte desta pesquisa, havia pena de galés e açoitamentos para os escravizados. Estes eram diferenciados dentro do próprio código, fator que em si mesmo reflete uma questão social mais ampla.

Assim, adotar uma metodologia de base mate-

rialista para pensar os enunciados presentes dentro dos processos permite trabalhar com estes diferentes lugares sociais, e também, solucionar alguns problemas característicos desse tipo de fonte, como a polissemia (diferentes pontos de vista sobre um mesmo evento) e a interferência da instância jurídica. Ao considerar as condições de produção dos enunciados na análise, a Análise do Discurso se apresenta como uma ferramenta metodológica pertinente para trabalhar com diferentes personagens dentro do esquema jurídico (acusados, vítimas, testemunhas) mas também na sociedade (classe, gênero, raça). Sobre a importância destas condições de produção e do contexto, afirma Helena Brandão que:

A linguagem enquanto discurso e interação, é um modo de produção social; ela não é neutra, inocente e nem natural, por isso o lugar privilegiado de manifestação da ideologia. Como elemento de mediação necessária entre o homem e sua realidade e como forma de engajá-lo na própria realidade, a linguagem é lugar de conflito, de confronto ideológico, não podendo ser estudada fora da sociedade, uma vez que os processos que a constituem são histórico-sociais. Seu estudo não pode estar desvinculado de suas condições de produção (BRANDÃO, 2004, p.11).

Ao encarar os depoimentos como resultado de uma prática discursiva e os processos judiciais como uma fonte interpelada por “manipuladores técnicos”, é possível reconhecer os limites desse tipo de fonte oficial, entendendo assim as reais possibilidades discursivas dos demais envolvidos, e de análise concreta da sociedade.

Considerações finais

Conforme destacado anteriormente, o atual projeto encontra-se apenas no início. Até o momento, a Análise do Discurso se apresenta como uma resposta metodológica tanto para as limitações desse tipo de fonte, como para o aprofundamento das informações contidas nos processos. Um passo subsequente será o esboço de um dispositivo analítico próprio que considere as especificidades da fonte, bem como a problemática da pesquisa. Para isso, as considerações de Eni Orlandi sobre a construção deste serão significativas para o encaminhamento da pesquisa, bem como as contribuições dos demais pesquisadores aqui mencionados.

Referências Bibliográficas

CORRÊA, Mariza. Morte em família: representações jurídicas de papéis sexuais. Rio de Janeiro: Graal, 1983

BRANDÃO, Helena Hathsue Nagamine. Análise do discurso: um itinerário histórico. Língua, Literatura e Cultura em Diálogo. São Paulo: Editora Mackenzie, 2003.

MUSSALIM, Fernanda. Análise do discurso. Introdução à linguística: domínios e fronteiras. São Paulo, Ed. Cortez, v. 2, n. 2, p. 101-142, 2001.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. Análise de discurso: princípios e procedimentos. Cidade dos Sentidos. Campinas: Pontes, 1999 2002.

VAQUINHAS, Irene. Os processos judiciais e a História. In: Justiça na res publica (sécs. XIX-XX) – Ordem, direitos individuais e defesa da sociedade, vol.2. Org, FERREIRA, Fátima Moura; MENDES, Francisco Azevedo e CAPELA, José Viriato. Edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar: Cultura, Espaço e Memória, Braga, p.120, Outubro 2011.

PARTE 2 | **INSTITUIÇÕES, AGENTES, SABERES E
PRÁTICAS CIENTÍFICAS: ENTRE O LOCAL
E O GLOBAL (SÉCULO XVIII AO XX)**

APRESENTAÇÃO

Adson Rodrigo Silva Pinheiro
Raick de Jesus Souza

A História das Ciências no Brasil, enquanto uma área de ensino e um campo de investigação, é relativamente recente, remontando aos primeiros programas de pós-graduação do país, implantados durante a segunda metade do século XX (DANTES, 2001; 2005; FIGUERÔA, 1998; 2000; STEPAN, 1976), mesmo que a institucionalização das “ciências” tenha se dado entre nós timidamente já no final do século XVIII e se expandido no século seguinte, estando ligada à própria construção da jovem nação (FERREIRA; 2007; DOMINGUÊS, 1996; FERNANDES, 1990; MOTOYAMA, 2004).

Desde sua afirmação enquanto campo de investigação e disciplina acadêmica, especialmente voltada à pós-graduação, a História das Ciências tem possibilitado o surgimento de valiosos estudos nas áreas de História Social, ao buscar compreender as complexas e multifacetadas relações entre instituições, agentes, saberes e práticas científicas, sejam a partir das dinâmicas internas ou mesmo das diversas redes internacionais de sociabilidade profissional.

Motivados a nos aproximar desses debates, promovemos o simpósio temático **Instituições, agentes, saberes e práticas científicas: entre o local e o global (século XVIII ao XX)** na ANPUH/PA, em seu XII Encontro Estadual de História, ocorrido entre os dias 02 e 04 de dezembro de 2020, que funcionou exclusivamente em formato remoto. Por meio de duas sessões com realização de comunicações, agregamos pesquisas na área de História das Ciências, cujas abordagens plurais estavam perpassavam ideias, ações e práticas institucionais envolvidas com as ciências naturais, com

histórias de viajantes-exploradores e com a circulação de saberes e práticas científicas em interações externas com outras organizações e indivíduos, sejam a partir da importação ou da exportação de saberes, instrumentos, técnicas ou espécimes.

De forma geral, a experiência de coordenarmos um simpósio temático com um escopo tão amplo, nos proporcionou conhecer excelentes trabalhos acadêmicos, frutos de dissertações de mestrado, de teses de doutoramento e ensaios produzidos por professores universitários. Dentre os trabalhos apresentados de forma oral, alguns foram também transformados em artigos completos. Passamos agora a comentá-los brevemente a fim de estimular suas leituras e incentivar a continuidade dessas investigações, cujos objetos em sua grande maioria são desconhecidos do grande público e ainda estão a carecer de maior atenção por parte da comunidade acadêmica, especialmente do campo da História.

O artigo intitulado **Aimé Bonpland um viajante nas fronteiras**, escrito por Alessandra da Silva, discute a trajetória profissional de um botânico francês nas fronteiras platinas, com ênfase na instabilidade política da região e nas dinâmicas de produção científica, em especial no cultivo da erva-mate. A investigadora demonstra como os interesses científicos de Aimé Bonpland esbarram nas disputas territoriais existentes entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai. Seu infortúnio em solo latino-americano não foi suficiente para desencorajá-lo a estabelecer-se por definitivo nesta região, vindo a receber ainda em vida e postumamente o reconhecimento público pelos serviços prestados.

O artigo **Redes científicas, instituições e savants em torno da missão francesa Rohan-Chabot em Angola e Rodésia**, produzido por Priscila Freitas de Carvalho, analisa a missão francesa comandada pelo

conde Jacques Rohan-Chabot, na qual interesses políticos e econômicos se encontram com anseios particulares de promover a exploração científica das possessões portuguesas no sudoeste angolano. A autora mostra como se deu o processo de construção das redes para a instrumentalização científica e técnica da missão, concentrando-se nos preparativos e nas trajetórias intelectuais e profissionais dos agentes envolvidos.

O artigo **Proposta de intervenção em construção: agentes, instituições e cidade no Proyecto orgánico para la urbanización del municipio (Buenos Aires, 1925)**, com autoria de Ana Carolina Oliveira Alves, investiga as interações entre agentes e instituições na construção de um projeto de remodelação urbanística proposto para a cidade de Buenos Aires, fruto da *Comisión de Estética Edilicia*, órgão responsável por viabilizar obras públicas e legislar sobre os usos dos espaços. A autora atentamente observa que em torno do *Proyecto orgánico* se delineia um contexto marcado por embates e coalizões de interesses, resultado da pluralidade de profissionais, práticas e instituições mobilizadas para esse empreendimento.

O artigo **Nas tramas das redes: Observatório Astronômico Antares e suas conexões no Brasil e no mundo**, de Wíllivan do Carmo Santos trata sobre o primeiro observatório astronômico da Bahia. O objetivo do trabalho é de trazer reflexões acerca da utilidade da instituição para as populações locais e para a apresentação pública de ciência das articulações locais, regionais, nacionais e internacionais desenvolvidas pelo Antares a partir de sua criação, tentando compreender como a instituição se inseriu num cenário político e científico por meio das articulações de Augusto César Pereira Orrico, ex-líder desse observatório.

Também como contribuição temos o texto de Magno Francisco de Jesus Santos denominado “**O es-**

tudo da vida íntima do paiz”: Felisbello Freire e a **história territorial do Brasil (1906)**. Esse artigo além de tratar sobre a escrita do médico Felisbello Freire na historiografia, também buscou entender como o projeto de autoria desse intelectual se inseriu nos debates acerca da construção de uma história geral que pensa a constituição do território dentro de uma narrativa global do passado nacional, atribuindo-lhe sentido, lógica, harmonia e explicitação das causas.

Por fim, é importante destacar que o simpósio reuniu pesquisadoras e pesquisadores de vários programas de pós-graduação do país, o que contribuiu para a criação de uma rede nacional que qualificou o debate sobre vários conceitos, como os de redes, agentes e ciência, garantindo uma leitura ampla da produção científica do campo na historiografia brasileira. Esperamos que essas pesquisas despertem ideias e problematizações aos futuros pesquisadores do tema, a fim de que possam também em outro momento submeter seus trabalhos para assim garantirmos a circulação da produção intelectual e de pesquisa nessa linha. Boa leitura!

AIMÉ BONPLAND UM VIAJANTE NAS FRONTEIRAS

Alessandra da Silva¹

Quem foi Aimé Bonpland

Aimé Jacques Alexandre Goujaud Bonpland (1773-1858), conhecido como Aimé Bonpland, Amado Bonpland ou Dom Amado, foi um médico e botânico francês nascido em La Rochele/França que viveu parte de sua vida na América do Sul, na fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina. Desde muito jovem se interessou pelas Ciências Naturais, influenciado por seu pai que era cirurgião, estudou anatomia em Paris (1791), aprofundando seus estudos em Botânica e Anatomia.

Figura 1: Aimé Bonpland.
Daguerreótipo da década de 1850



Fonte: [https://www.researchgate.net/figure/Aime-Bonpland-Daguerreotype-from-the-1850s-archive-of-the-Gray-Herbarium-Harvard_](https://www.researchgate.net/figure/Aime-Bonpland-Daguerreotype-from-the-1850s-archive-of-the-Gray-Herbarium-Harvard_fig8_295074460)

fig8_295074460

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UPF, na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio, Mestre em Artes Visuais pela UFSM (2019), Bacharel em Artes Visuais pela UNOCHAPECÓ (2009).

Bonpland esteve na América do Sul em dois momentos: entre os anos de 1799 e 1804 em uma exploração científica em parceria com Alexander Von Humboldt (1769-1859); e em 1816 quando retorna para residir em Buenos Aires.

Em 1798 conheceu Alexander Von Humboldt em Paris, então centro científico da Europa. Humboldt foi um artista, geógrafo, naturalista alemão, conhecido como um dos cientistas e pensadores mais influentes de sua época, famoso no meio acadêmico por ter inspirado pensadores científicos proeminentes como: Charles Lyell, Charles Darwin e Goethe.

Ambos estavam convencidos de que seu verdadeiro objetivo de vida era a exploração científica, no entanto, a instabilidade política causada pelas Guerras Napoleônicas impedia a participação em várias expedições científicas. No verão de 1799 Alexander Von Humboldt e Aimé Bonpland partem de Marselha rumo a América do Sul, viagem financiada com a venda de uma propriedade que Humboldt herdou com a morte da mãe.

Figura 2: Alexander Von Humboldt e Aimé Bonpland ao pé do Chimborazo, Friedrich Georg Weitsch(1810)



Fonte: <https://picturingtheamericas.org/painting/alexander-von-humboldt-and-aime-bonpland-near-the-chimborazo-volcano/?lang=pt-pt>

Entre os séculos XVIII e XIX, ocorria o período conhecido como “Era de ouro da arte botânica” momento em que artistas habilidosos cruzaram continentes, estudando e catalogando espécies. Nesse cenário Aimé Bonpland e Alexander Von Humboldt, empreenderam juntos a primeira viagem à América do Sul que durou de 1799 e 1804, com permissão do governo espanhol para visitar as colônias espanholas na América do Sul e Central. Essa é considerada a primeira exploração de uma perspectiva científica dessa região.

Humboldt (1769-1859) exerceu uma profunda influência sobre as artes visuais. Por meio de suas expedições e escritos, ele incentivou os artistas a registrar a natureza, através da pintura de paisagem como forma de sintetizar a complexidade de um lugar. Humboldt argumentava que, usando a pesquisa científica, os artistas seriam capazes de transmitir as diversas características de um lugar. Nesta obra o pintor Friedrich Georg Weitsch (1758-1828) representa Humboldt e Bonpland na base do vulcão Chimborazo, essa obra nos faz pensar na influência que seus textos tiveram sobre o trabalho dos artistas para a observação direta da natureza.

WULF (2019) destaca a ideia humboldtiana da natureza como um organismo vivo, animado por forças dinâmicas, a ideia de que as coisas estão interligadas e uma reflete na outra. Humboldt alertou que a humanidade precisava conhecer como as forças da natureza funcionavam e escreveu “O homem não pode agir sobre a natureza e não pode apropriar-se de nenhuma de suas forças para uso próprio se ele não conhecer as leis naturais”.

Nestes cinco anos viajando a pé, em cavalos e canoas, visitaram Cuba, atravessaram o centro e o norte dos Andes, o México no intuito de estudar os aspectos físicos da terra, coletar amostras e estudar diversas

espécies de plantas e animais. Ao retornar a Europa em 1804 eles entregaram ao Jardim Botânico de Paris, um herbário com muitas espécies ainda desconhecidas, como forma de reconhecimento receberam uma pensão do governo francês.

Humboldt dedicou-se à publicação dos dados emateriais da expedição sul-americana, que contou com a participação de Bonpland apenas nos primeiros dos 30 volumes, esse trabalho foi resultado da colaboração de outros cientistas franceses, ilustradores e gravadores. De acordo com Martin Rix (2014) os resultados dessa expedição foram descritos em 30 volumes intitulados *Les Voyage Aux Régions Équinoxiales Du Nouveau Continent (Viagem às Regiões Equinociais do Novo Mundo)*, publicados em francês entre 1805 e 1839.

Durante o período que esteve em Paris, Bonpland tornou-se conhecido e foi convidado pela Imperatriz Josephine de Beauharnais (1763-1814) a qual cultivava um lindo jardim com rosas e outras plantas, para trabalhar como botânico e intendente real no Palácio Malmaison. Nesse período em que esteve na França, Bonpland participou de duas publicações importantes: *Monographie des Melastomes* (1806) e *Descriptions des plantes rares cultivées à Malmaison et à Navarre*, esse último com texto de Aimé Bonpland e ilustrações produzidas por Pierre-Joséph Redouté (1759-1840) e Pancrace Bessa (1772-1846).

Bonpland e Humboldt seguiram caminhos diferentes: enquanto Humboldt permaneceu na Europa escrevendo e publicando os resultados da expedição; Bonpland decide retornar a América do Sul a convite de Simón Bolívar (1783-1830), principal líder revolucionário dos domínios espanhóis. Dentre os fatores que o impulsionaram nessa decisão estavam, a morte da Imperatriz e o escândalo por seu envolvimen-

to amoroso com Adelia Bouchy uma senhora casada.

Em 1816, Bonpland retorna a América do Sul com Adelia, trazendo consigo uma infinidade de semente sonhando fundar um Jardim Botânico. Inicialmente instalou-se em Buenos Aires, com a promessa de Bernardino Rivadavia, primeiro presidente da Argentina, de apoiar-lhe na criação de um Jardim Botânico e um Museu de Ciências Naturais. Ali passou a exercer a profissão de médico, e também colaborou em periódicos locais com questões ligadas às ciências naturais.

Bonpland chegou ao Rio da Prata quase no final de 1816, trazendo consigo vasta bagagem que incluía sementes e duas mil plantas vivas.” As expectativas da elite de Buenos Aires quanto ao que ele poderia realizar eram enormes, entre elas a idéia de que seria capaz de introduzir novos métodos de agricultura prática baseados em suas observações na Inglaterra, França e América. O cientista logo se engajou num reconhecimento botânico da região de Buenos Aires. No fim do ano de 1818, ao investigar a ilha próxima de Martín García, suas descobertas incluíram o que restava do mate cultivado pelos jesuítas; estes haviam plantado pés de mate aos milhares em suas missões do Alto Prata.’ Esse chá verde, elemento básico na dieta dos habitantes da região, parece ter instigado a imaginação de Bonpland. O caráter científico e o potencial comercial do mate tornaram-se preocupações primordiais pelo resto de sua vida. (BELL, 1992. p.67)

No entanto alguns fatores contribuíram para um novo direcionamento em sua trajetória. Dentre eles a situação política que impediu a realização de seu sonho, a região nesse período vivenciava uma grande guerra civil o que impossibilitava o investimento de recursos na ciência, o fim do casamento com Adelia, e o encontro com os vestígios dos ervais.

Conflitos na Fronteira

Existem duas expressões bastante utilizadas em estudos histórico e geográficos limites e fronteiras. Enquanto limites está associado a ideia de divisão entre uma unidade territorial e o outra, a palavra fronteira é mais ampla e engloba as relações de tocas que ocorrem entre esses territórios: trocas comerciais, econômicas e culturais. Bonpland viveu boa parte de sua vida na fronteira dos países da Argentina, Paraguai e Brasil. Conhecida como Região Platinacompreende o território que atualmente pertence de três países: Argentina, Paraguai e Uruguai e parte do território dos países de fronteira Bolívia e Brasil. Essa região recebe essa denominação por banhada pelos rios que formam a Bacia Hidrográfica do Prata: Uruguai, Paraguai e Paraná e seus afluentes.

Segundo TUCCI (2004) a bacia hidrográfica compõe-se de um conjunto de superfícies vertentes e de uma rede de drenagem formada por cursos de água que confluem até resultar em um leito único.

Figura 3: Imagem de satélite



Fonte: <http://www.america-mapas.com/rio-prata.htm>

A Bacia do Rio da Prata foi cenário de disputas entre portugueses e espanhóis desde o início da colonização, por apresentar um importante potencial para navegação tornou-se um corredor de ligação com o Oceano Atlântico, através do gigantesco estuário do Rio da Prata. O estuário é o local onde águas de rio e oceano se encontram. O local onde as águas do Rio da Prata desaguam no oceano tem uma extensão aproximada de 290 km.

Nesse período a região vivia uma grande instabilidade política fruto de disputas pela demarcação de territórios sobre tudo pela navegação no Rio da Prata, importante rota comercial. Buenos Aires, controlava o porto de entrada e saída dos produtos comercializados seu maior poder residia no controle e apropriação dos impostos da alfândega e na proibição da livre navegação dos rios Paraná e Uruguai. Isto prejudicou as regiões do interior da Argentina e o Paraguai.

Foi neste contexto histórico instável que Aimé-Bonpland se envolve em conflitos com lideranças políticas, pelo seu interesse em estudar e cultivar a erva-mate. Ao encontrar vestígios do cultivo de erva-mate pelos Jesuítas, se interessou em estudar a planta, sobre o paradigma europeu de progresso viu na erva-mate uma importante riqueza comercial, o conhecimento técnico e científico de Bonpland, possibilitou o cultivo de ervas, tão fundamentais ao crescimento econômico na época.

Em 1820 juntamente com um grupo de indígenas, Bonpland se instalou em Santa Ana na Argentina, uma antiga redução jesuítica da província de Misiones, com autorização de Francisco Ramirez que nessa época era governador da Argentina, com o intuito de estudar o processo de germinação da erva-mate. As sementes eram protegidas por um maciço, o que dificultava germinação a compreensão desse processo possi-

bilitava o cultivo de ervais de forma independente do ciclo natural da planta.

Porém essa região havia sido ocupada pelo Paraguai em 1815, que após desalojado reclamava a posse desse território. Ao ignorar que a produção e comércio da erva-mate era monopólio do Paraguai que mantinha conflitos de limites com a Província argentina de Corrientes pela possessão das Misiones, Bonpland foi visto como um espião pelo governador do Paraguai, José Gaspar Rodríguez de Francia (1776-1840) que começou a vigiar.

Rodríguez de Francia foi o primeiro ditador do Paraguai, conhecido como ditador supremo pois governou até a sua morte, chamado de “Karái Guazú” do guaraní grande senhor. Lutou para manter a independência do Paraguai e temia uma tentativa de Simón Bolívar de recompor os territórios do Vice-reinado do Prata. Em seu governo o fumo e a erva-mate eram os principais produtos de exportação responsáveis pela economia do país.

A pesquisadora Andrea Wulf ao descrever a trajetória de Alexander Von Humboldt destaca em vários momentos a relação entre os dois naturalistas. Em um dos trechos ela descreve o contexto e as motivações para a prisão de Bonpland no Paraguai.

Em 25 de novembro de 1821, exatamente cinco anos depois de Bonpland ter zarpado da França com destino a Argentina, Humboldt escreveu-lhe uma carta em que lhe enviava algum dinheiro mas também reclamava que havia tempo não tinha notícias de seu “velho companheiro”. Bonpland nunca recebeu a carta. Em 08 de dezembro de 1821, duas semanas depois de Humboldt ter postado essa missiva, quatrocentos soldados paraguaios cruzaram a fronteira com a Argentina e invadiram a fazenda de Bonpland em Santa Ana. Sob as ordens do ditador paraguaio José Gaspar Rodríguez de Francia, os homens mataram os funcionários de Bonpland e o

prenderam. Francia acusou Bonpland de espionagem agrícola e temia que sua próspera plantação competisse com a erva-mate paraguaia. Bonpland foi arrastado para o Paraguai e encaminhado para a prisão. (WULF, 2019, p. 260).

Em uma invasão de soldados paraguaios, sobre ordens do ditador, Bonpland foi levado para a margem direita do Rio Paraná, aprisionado na aldeia de Santa Maria de Fé por 9 anos. Durante o sequestro é autorização a plantar e exercer a medicina, porém ficou sem seus livros e não poderia se afastar da cidade. Os amigos e admiradores de Bonpland, entre os quais Simón Bolívar e Alexander Von Humboldt, exerceram toda a sua influência para o devolver à liberdade. O Império do Brasil e o Institut de France também intermediaram pela libertação do naturalista, sem sucesso.

Durante a prisão, Bonpland circulava livremente por Santa Maria, mas não podia deixar a cidade. Ali, exerceu a medicina e se tornou um habitante estimado. Autoridades de diferentes países intercederam pela soltura, sem sucesso. Foi só em 1831 que o francês foi libertado. Contava então 58 anos, uma idade adiantada para a época. Mas, naquele momento, ele recém iniciava uma nova vida – ainda casaria, teria três filhos e batalharia pelo cultivo da erva-mate em mais um país, o Brasil. (Gaúcha ZH, 2020).

Sendo libertado apenas em 1829 decide permanecer na América do Sul, passando a residir em São Borja em 1831, uma povoação fundada em torno de uma antiga missão jesuíta na margem brasileira do Rio Uruguai. Ao instalar-se manda vir seus livros de Buenos Aires, contrata peões e inicia uma nova plantação de erva-mate, e uma criação de ovelhas. Além de ocupar-se da comercialização dedica-se a coletar detalhadamente espécies de plantas e animais, enviando materiais a instituições científicas importantes. Prin-

principalmente para coleções de Buenos Aires, com o objetivo de enriquecer o Museu de História Natural e para a França envia coleções de plantas destinadas ao Museu de História Natural de Paris. Seus relatos de viagem são ricamente detalhados com informações do local de coleta, características botânicas, muitas vezes apontam sugestões de uso comercial ou medicinal.

Um de seus manuscritos intitulado *Voyage de Sn. Borja a La Cierra y a Porto Alegre* transcrito em francês pela Dr. Alicia Louteig em 1978 como o manuscrito original, traz contribuição valiosa sobre muitos aspectos, principalmente sobre a paisagem e a vegetação do Rio Grande do Sul. Através de algumas passagens, podemos perceber a forte relação de troca que Bonpland estabelecia com comerciantes e residentes, que em muitos momentos lhe enviavam amostras de plantas para serem analisadas.

Em São Borja passa também a atender como médico, fundou um pequeno hospital de campanha, foi lá que conheceu Vitoriana Cristaldo mulher com quem se casou e teve a filha Carmem, a filha que lhe acompanha até os dias finais.

Em 1853 decidiu retornar a Santa Ana na Argentina e continuar fazendo a trajetória até São Borja. Teve a oportunidade de voltar ao Paraguai como convidado de, Carlos Antonio López. Recebeu homenagens: Em 1854, foi nomeado diretor do Museu de Corrientes.

Em 1856 recebeu uma medalha do rei da Prússia. Em 1857, foi declarado Doutor Honoris Causa pela Universidade de Berlin. Meses antes de sua morte apareceu na revista *Bonplandia*. Morre em 1858 aos 85 anos após uma vida envolvida em rivalidades política.

Luiz Antônio de Assis Brasil (2012) escritor que se inspirou na história de Bonpland para escrever o romance *Figura e Sombra* destaca que “Bonpland teve uma importância espantosa para a disseminação da

história natural no Cone Sul. Criou e ajudou a consolidar instituições, foi um sujeito dedicadíssimo. Além disso, recuperou as técnicas de cultivo de erva-mate dos jesuítas”.

Os pesquisadores MOREIRA e QUINTEROS (2008) falam sobre a atuação política de Bonpland, e os motivos que o levar a esquecimento, destacam seu envolvimento com algumas lideranças políticas importantes no processo de independência da América Espanhola

Sua paixão por este continente enxergado como exuberante, rico e virgem o levou a regressar e permanecer nele até sua morte. Mas esta escolha aparentemente idílica foi também uma opção política. Enquanto Humboldt re-inventava a América no Velho Mundo, Bonpland achou mais conveniente se inserir na sociedade latino-americana, renovada após os movimentos revolucionários de inícios do século XIX. Para Bonpland, o novo não estava no discurso, na escrita “sobre” a América, senão na ação “na” América. Daí sua estratégia de se aliar às novas elites crioulas que surgiam, se enfrentavam, consolidavam e morriam nesse novo contexto político de formação das nações latino-americanas. Talvez o olhar de Bonpland fosse um tanto utópico ao não dimensionar as divisões destas elites, como suas lutas para impor o poder hegemônico de umas sobre outras. Bonpland participou neste universo de rivalidades, mas geralmente do lado daqueles que foram derrotados. Isso traduziu-se não só em solidão e empobrecimento material, senão também na não transcendência política de Aimé, que era uma de suas ambições não declaradas. Enquanto a trajetória de Humboldt é recuperada até hoje não só por seus estudos acadêmicos senão também pela transcendência econômica e políticas destes, Bonpland só é lembrado como um dos principais botânicos de sua época, caindo no esquecimento total sua ativa participação política na América do Sul. (MOREIRA e QUINTEROS, 2008 p. 232)

Apesar de ter residido em São Borja seu reconhecimento é maior na Argentina, onde foi homenageado com busto e com o nome do Museu “Amado Bonpland”, em San Martín Corrientes/Argentina, um mural erguido na cidade argentina que leva seu nome. Por onde passou ficou conhecido por cultivar delicados jardins de rosas uma referência aos Jardins de Malmaison e a Imperatriz Josephine. A casa em que Aimé viveu seus últimos dias na estância El Recreo, na Argentina, segue conservada por seus descendentes com jardim decorado com rosas e outras espécies de plantas. O Museu de Farmacobotânica “Juan A. Domínguez” em Buenos Aires/Argentina é conhecido internacionalmente por preservar, além de coleções botânicas, manuscritos do naturalista francês Aimé Bonpland.

Conclusão

A figura enigmática de Aimé Bonpland que foi tema do romance de Assis Brasil desperta curiosidade e instiga inúmeros pesquisadores que buscam compreender suas contribuições para a ciência e os motivos que o levaram a escolha por uma vida de reclusão.

Esse texto levanta alguns pontos importantes na trajetória de Aimé Bonpland. Dentre os pontos que se destacam ficam bastante evidentes sua parceria com Alexander Von Humboldt, suas contribuições com a ciência, seu envolvimento com autoridades políticas da época, o encontro com os vestígios dos ervais e seu interesse em pesquisar e cultivar a erva-mate.

Conhecer a trajetória de vida de Aimé Bonpland nos permite instigar sobre suas contribuições no desenvolvimento da ciência moderna na América do Sul sobre tudo no Rio Grande do Sul, e importância de suas grandiosas coletas e descrições botânicas que ainda hoje são revisitadas e estudadas por cientistas do mundo todo.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marise Basso. Histórias de viagem e a produção cultural da natureza: a paisagem do Rio Grande do Sul segundo os viajantes estrangeiros do século XIX. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

BELL, Stepen. AiméBonpland e a Avaliação de Recursos em Santa Cruz. Estudos Ibero-Americanos.PUCRS, v.Xxl, n.2, p. 63-79, dezembro, 1995/1992

BRASIL, Assis. Figura na Sombra. -2ª Ed. Porto Alegre, RS: L&M, 2012.

BOMPLAD, Aimé. Diáriode viagem de São Borja, a Serra e a Porto Alegre. Tradução de

FRY, Carolyn. Os caçadores de plantas: as aventuras dos maiores exploradores botânicos do mundo. Tradução de Eduardo Gomes Gonçalves – São Paulo: Editora Europa, 2014.

LALLEMANT, Robert Avé-. Viagem pela Província do Rio Grande do Sul. Belo Horizonte. Itatiaia, 1980. P, 239

MOREIRA, Luiz Felipe; QUINTERO, Marcela Cristina. Em busca de AiméBonpland. Fronteira, Dourados, MS, V.10, n.18, p.221-236, jul./dez.2008.

RIX, Martyn. A era de ouro da arte botânica. Tradução: Samira Menezes. São Paulo, Editora Europa, 2014.

WULF, Andrea. A invenção da natureza: A vida e as descobertas de Alexander Von Humbold. Trad. Renato Marques. -2ed. SP: Planeta do Brasil, 2019.

ZENI, Vera Lucia Fortes, Bacia do Prata: o território das águas. UFSC, Florianópolis SC. 2018.

_____. O sábio francês que quis fazer do chimarrão uma bebida universal. Gaúcha ZH, 20/02/2020.

_____. AiméBonpland: de prisioneiro no Paraguai a personagem de romance. Gaúcha ZH, 28/02/2020.

NAS TRAMAS DAS REDES: OBSERVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES E SUAS CONEXÕES NO BRASIL E NO MUNDO

Willivan do Carmo Santos¹

Introdução

Feira de Santana, ou ainda, a “Princesa do Serião” é uma cidade do interior baiano com uma população estimada em 627.477 habitantes para o ano de 2017. Com 17,1% das vias públicas urbanizadas e 48,3% das vias públicas arborizadas, a segunda maior cidade do Estado da Bahia passou por um processo histórico de transformações ao longo do século XX. Com um dos entroncamentos rodoviários mais importantes do Brasil, a cidade, que estabelece conexão entre o Sul-Sudeste e Norte-Nordeste, recebe o fluxo oriundo das rodovias BR-101 de ligação Rio Grande do Norte – Rio Grande do Sul; BR-116 conhecida como Rio de Janeiro - Bahia; BR-324 que é de ligação Feira de Santana – Salvador; BA-052 conhecida como estrada do feijão; BA-499 com destino Antônio Cardoso - Bonfim de Feira; BA-502 de ligação Feira de Santana - São Gonçalo dos Campos; BA-503 de ligação Feira de Santana – Coarção de Maria; BA 504 Feira de Santana - Alagoinhas; e, BA-513 destino Distrito de Humildes.

O local do atual município envolvia as terras que eram chamadas de Itapororocas e Jacuípe, partes da sesmaria concedida ao cristão-novo João Peixoto Viegas no século XVII, que enfrentou a resistência dos índios Paiaaiás com o auxílio da Companhia de Jesus e da Coroa Portuguesa. Após a morte de João Peixoto Viegas, a sesmaria continuou a ser dividida em fazendas

¹ Aluno do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Bahia / willivancarsan@hotmail.com.

para o efetivo uso e exploração das terras, sendo adquiridas pelo casal católico Domingos Barbosa de Araújo e Ana Brandão (devotos de Nossa Senhora Sant'Ana) uma porção de terra situadas ao sul de onde a colonização da sesmária tinha iniciado (ANDRADE, 1990).

Essa porção de terra ficou conhecida como fazenda dos “Olhos d’Água”, que estava fixada numa rota de boiadas do Sertão ao Recôncavo e Salvador. Ao possuir muitas fontes de água, serviu de parada de descanso para as tropas condutoras de gado. Com o passar dos anos, a parada propiciou o surgimento de uma feira que ganhou força e expressividade, ao mesmo tempo em que se desenvolvia um povoado com crescimento adequado para que houvesse a criação da Vila de Feira de Santana em 13 de novembro de 1832. No ano seguinte, a vila foi desmembrada de Cachoeira (localizada no recôncavo da Bahia) e, em 1873, elevou-se à categoria de Cidade Comercial de Feira de Santana (REIS, 2014).

Não tardou para que as comunidades locais iniciassem as tramas para a construção social da identidade da vila e, depois, cidade. Por um determinado momento, essa identidade social feirense fora construída balizada na ideia de uma cidade “sã”, com um clima agradavelmente diferente, que dependia da higiene e arborização. Mas, progressivamente, essa especialidade climática deixa de ter a primazia e a identidade passa a ser construída em torno da principal atividade econômica da cidade: o comércio. Nesse momento, um novo desenho de cidade passa a ser idealizado, aquele que trabalhe com um urbano desenvolvido em avenidas retas e largas para dar passagem aos automóveis (SILVA, 2000).

O Observatório Astronômico Antares (OAA), atual patrimônio administrativo da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), foi fundado em

1971. Foi incorporado em 1992 pela UEFS, funcionando sob o regime de fundação até essa data. Antes disso, porém, o OAA e a UEFS celebraram parcerias colaborativas sob a forma de termos de contratos e convênios durante as décadas de 1970 e 1980. Na incorporação do OAA pela UEFS, o grupo que liderava o Observatório foi desligado da instituição, ficando, totalmente, sob administração do corpo docente e técnico da Universidade.

Augusto César Pereira Orrico, ex-líder da instituição, que atuou como presidente (1971-1992) e diretor (1992-2006), fundou o Observatório Astronômico Antares e permaneceu na regência da instituição após a transferência de tutela à UEFS. Em 2009, no campus do OAA, foi criado o Museu Antares de Ciência e Tecnologia, que, a partir de 2011, com o auxílio de um Plano Museológico, passou a trabalhar na conservação, restauro e a valorização patrimonial. Atuando como instituições distintas, porém, complementares.

As tramas das redes

Dentro de um conglomerado de uma rede relações sociais, que é condicionada pelos vínculos pessoais a um grupo (BOURDIEU, 2003) em uma determinada circunstância, Augusto César Pereira Orrico se valorou de seus contatos para dar alicerce ao que viria a ser o Observatório Astronômico Antares. Orrico foi filho de um professor e uma dona de casa. Seu pai, formado em engenharia, lecionava inglês. Ele trabalhou no Instituto (Estadual) de Educação Gastão Guimarães, na Escola Normal de Feira de Santana e Colégio Santanópolis de Feira de Santana. Nessa última instituição foi onde César Orrico estudou (informação verbal)², adquirindo uma educação pautada em padrões

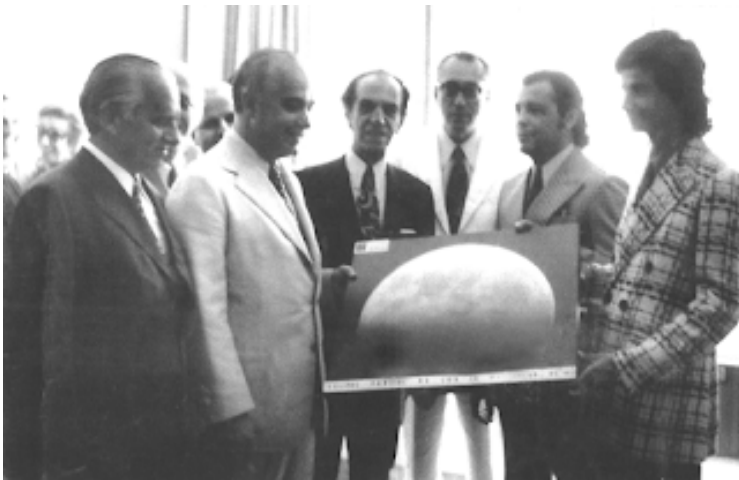
² Entrevista fornecida por Augusto César Pereira Orrico, em Feira de Santana, em outubro de 2020.

burgueses de ciência e apanhando um repertório sociocultural. Além dessa educação institucionalizada, Orrico aprendia e exercitava com a sua mãe em casa. Por isso, é interessante observar a participação familiar ao fundo de Orrico, promovendo e estimulando a vida escolar, calçando a compreensão dos conteúdos e códigos propostos pelo universo da escola.³ Esse colégio, o maior da cidade de Feira de Santana e um dos maiores do interior da Bahia, era de propriedade do Deputado Estadual Áureo de Oliveira Filho, que desenvolveu atividade parlamentar na área de Ciência e Tecnologia, Economia e Desenvolvimento entre os anos 1971-1973.

A partir do contato com Áureo Filho, César Orrico conseguiu o apoio do Governador do Estado da Bahia, Antônio Carlos Magalhães (ACM). No intuito de arranjar a ajuda, Orrico levou um pôster-foto para presentear o chefe do executivo estadual. Na ocasião estiveram presentes o próprio ACM, Áureo Filho, dois outros deputados, César Orrico e José Olímpio Mascarenhas (proprietário de comércios em Feira de Santana). O recebimento desse pôster foi registrado pela fotografia a seguir.

³ Para Pierre Bourdieu, o Capital Cultural pode ser em três estados: incorporado, objetivado e institucionalizado. O estado institucionalizado, pode ser representado pela aquisição de diplomas; o estado objetivado pode ser representado sob a forma de bens culturais materiais; e o incorporado pode ser representado pela “absorção”, em longo prazo, de gostos, de fazeres e domínios da língua, das ciências, das artes. Não pode ser comprado, trocado, ou herdado de forma instantânea, mas é somente adquirido de forma a tornar-se parte integrante pessoa, uma disposição durável (BOURDIEU, 2003).

Figura 1: Entrega de pôster-foto para Governador ACM



Fonte: <<http://ginasiosantanopolis.blogspot.com.br/search/label/Carlos%20Bacelar>>. Acesso em: 01/12/2020.

Antônio Ferreira Magalhães, integrante da equipe do Observatório Astronômico Antares à época do funcionamento sob o regime de fundação, relata que a entrega do pôster foi a primeira vez que a equipe do Antares se direcionou para pedir dinheiro a ACM (informação verbal).⁴ Continuamente, nessa rede de relações, que Augusto César Pereira Orrico conseguiu chegar até Ângelo Calmon de Sá. Supostamente, Orrico consegue chegar em Calmon através de ACM. Ângelo, à época, ajudou a administrar o Banco Econômico, foi nomeado Presidente do Banco do Brasil e ocupou outros cargos políticos. Entretanto, possivelmente, temos um cruzamento das teias, uma encruzilhada entre o aparente mundo de dentro e de fora da ciência. Em entrevista, César Orrico demonstra que o contato com

⁴ Entrevista fornecida por Antônio Ferreira Magalhães, em Feira de Santana, em junho de 2013 e outubro de 2017.

Ângelo Calmon de Sá aconteceu através de Frank de Sá, irmão de Ângelo, interessado pelas ciências e dentro do circuito da ciência nacional (informação verbal).⁵

Dentro do âmbito citadino, César Orrico contou com o apoio angular para a execução do Antares: José Olímpio Mascarenhas, figurado como vice-presidente do Observatório Astronômico Antares (OBSRRVATÓRIO ASTRONÔMICO ANTARES, 1975) e importante homem para o comércio local. Dentro do quadro institucional também estava Helder Alencar (bacharel em direito), ocupando o cargo de Segundo Secretário ao mesmo tempo que era Editor do Jornal Feira Hoje; Egberto Tavares Costa, ocupando o cargo de Secretário de Divulgação enquanto era superintendente do mesmo jornal que atuava Helder (o Jornal Feira Hoje, além de outros); e, Zadir Marques Porto, ocupando o cargo de Secretário de Publicações ao mesmo tempo que era líder da sucursal do Jornal A TARDE da Bahia.

Especificamente com Helder Alencar, Cesar Orrico possuía uma relação de proximidade que foi se aprimorando na medida que os interesses se perfilavam. Segundo Helder (informação verbal)⁶, o pai de Orrico tinha sido seu professor de inglês e a família da mãe de Orrico era originária de Bonfim de Feira, um distrito da cidade de Feira de Santana, e, por isso, muito ligada à família de Alencar. Helder e todo o aparato do Jornal Feira Hoje tinha sido um importante veículo para aproximação de Orrico a outros nomes.

São esses conhecimentos, são essas redes interpessoais que possibilitaram Orrico adquirir influência para a criação do Antares aos seus 19 anos. É a posição social de Orrico enquanto agente que entusiasma a aquisição de contatos sobrepostos a outros contatos.

⁵ Entrevista fornecida por Augusto César Pereira Orrico, em Feira de Santana, em outubro de 2020.

⁶ Entrevista fornecida por Helder Alencar, em Feira de Santana, em junho de 2017.

Os contatos sobrepostos dependem da quantidade de contatos anteriores, mas não somente isso. Dependem, também, da qualidade desses contatos, que estão inseridos nessas redes de relações sociais. São essas redes que permitem aos agentes terem acesso àquilo inserido nela e/ou, por extensão, fora dela. Tudo isso acabará influenciando o volume daquilo que Bourdieu chama de Capital Social, sendo entendido como um conjunto de possibilidades potenciais ou atuais, inseridas no grupo formado por um conjunto de agentes com conveniências comuns e com relações/ligações favoráveis.

Em outras palavras a rede de relações é o produto de estratégias de investimento social consciente ou inconscientemente orientadas para a instituição ou a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou a longo prazo, isto é, orientadas para transformação de relações contingentes como as relações de vizinhança, de trabalho ou mesmo de parentesco em relações, ao mesmo tempo, necessárias e eletivas, que implicam obrigações duráveis subjetivamente sentidas (BOURDIEU, 2003, p 68).

Essas redes de relações não são estanques e ultrapassam potencialmente os limites do afirmado como social, se refletindo, reconvertendo, inter cruzando e bifurcando em outras tramas. Por esse movimento, os agentes possuem a possibilidade de saírem de tramas menores às maiores. No caso do Observatório Astronômico Antares, as redes de relações sociais propulsionaram a sobreposição de novos contatos em outros tantos ambientes reais ou virtuais. Por isso, deve-se ter em conta que

seguir um cientista pode revelar-se trabalho cansativo, obrigando o perseguidor a visitar muitos lugares do mundo e um número muito maior do que o previsto de grupos da sociedade: autoridades de alto escalão, corporações, universidades, jor-

nalistas, religiosos, outros cientistas e assim por diante (LATOURE, 2011, p 243).

O Observatório Astronômico Antares realizou suas atividades baseadas em duas frentes: 1) comunicação com o público, sob variados aspectos; 2) produção de pesquisa. Essas pesquisas estavam inseridas no contexto de rede. O OAA não chegou a desenvolver programas de pesquisas liderados pela instituição, mas colaborou com a teia produtiva nacional e, também, internacional. Primeiramente, é necessário entender a noção transmitida pela palavra rede. Para Bruno Latour,

[...] redes não são construídas com material homogêneo, mas que, ao contrário, exigem a urdidura de inúmeros elementos diferentes, o que torna sem sentido a questão de saber se elas são científicas, técnicas, econômicas, políticas ou administrativa (2011, p 362).

[...] a palavra rede indica que os recursos estão concentrados em poucos locais - nas laçadas e nos nós - interligados - fios e malhas. Essas conexões transformam os recursos esparsos numa teia que parece se estender por toda a parte (LATOURE, 2011, p 280).

Dentro dessas redes, as pessoas e os objetos estão circulando, produzindo conexões. No caso do Antares, em contexto nacional, temos convite ao astrônomo Antonio Rezende Guedes, diretor-presidente do Observatório Astronômico “Galileo Galilei” de Juiz de Fora no Estado de Minas Gerais, que orientou a colocação da cúpula do Antares (ASTRÔNOMO...1974, p. 3). Há também o contato com o Observatório Flamarion, liderado por Nelson Travnic (de Matias Barbosa - Minas Gerais) que realizou apresentações de conferências; além disso, ele vendeu o primeiro telescópio ao Observatório Astronômico Antares (EXPLOSÕES... 1972, p.

3). É possível citar, ainda, a solicitação da União Astronômica Internacional para a equipe do OAA estudar fenômenos atmosféricos (EQUIPE...1972, p. 3); a viagem de Orrico aos Observatórios de Valongo para ajudar sobre as concepções do Antares (ETC E TAL: ANTARES... 1971, p. 2); a doação do Telescópio Laser para o OAA pela equipe da Universidade de Brasília (FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, 1985); e a Estação Meteorológica do Antares que funcionava com outras estações do Instituto Nacional de Meteorologia (INAMET).

Com o Observatório Nacional do Rio de Janeiro, através de Ronaldo Mourão, que ocupou o cargo de consultor de astronomia no Observatório Astronômico Antares, a instituição foi inserida num circuito de pesquisas. Para Lise Marcelino,

a chegada do Fotoheliógrafo no Observatório Antares representa, além do início dos primeiros trabalhos na entidade, o estreitamento dos laços entre Orrico e os Astrônomos do Observatório Nacional do Rio de Janeiro, Ronaldo Rogério Freitas Mourão e Marcomede Rangel (SOUZA, 2018, p 86).

Deve-se levar em conta que os anuários do OAA eram planejados, calculados e revisados com o auxílio do Observatório Nacional, principalmente a figura de Ronaldo Mourão. Também acontecia parceria para congressos e participação de integrantes da equipe do OAA em cursos e trabalhos do ON. Segundo Ângelo Pinto (informação verbal)⁷ as predições do Cometa Kohoutek também seguiram esse mesmo modelo de colaboração, com grande ênfase colaborativa para Mourão. Com Marcomede Rangel, o auxílio foi através da ajuda na execução em observações solares, boletins astronômicos e no planejamento do “Projeto Halley”

⁷ Entrevista fornecida por Ângelo Pinto, em Feira de Santana, em outubro de 2017.

em 1986, na segunda passagem do Cometa Halley no século XX.

Internacionalmente, o Observatório Astronômico Antares agiu prioritariamente em dois braços. A colaboração internacional em rede foi realizada com o Observatório de Zurique e contribuição para a determinação do fator K, sendo desenvolvida preferencialmente por Antônio Carlos (informação verbal)⁸; e, também, intercâmbios com o Observatório Real da Bélgica no programa de observação de asteroides, com desenvolvimento envolvendo Ulisses Bezerra (informação verbal).⁹

Essas redes se configuram como elementares para o Antares, como basilar para o sentido institucional. Quer seja na frente das pesquisas científicas ou na comunicação com o público, para além da comunidade científica. É interessante salientar, por fim, que até as formas de comunicação do OAA com o público estavam influenciadas por essas redes de relações sociais, técnicas, científicas, políticas; ou simplesmente redes. Essas redes, compostas por várias tramas, envolveram atores do mundo dentro da ciência e, também, do seu redor: aparente mundo de fora. Por fim, não podemos esquecer, “a tecnociência tem um lado de dentro porque tem um lado de fora” (LATOURET, 2011, p. 245), sendo o alinhamento de interesses importante para a concretização de objetivos, para o planejamento de atividades e para aquisição de aliados, sejam eles políticos, jornalistas, cientistas ou empresários.

⁸ Entrevista fornecida por Antônio Carlos, em Feira de Santana, em outubro de 2017.

⁹ Entrevista fornecida por Ulisses Bezerra, em Feira de Santana, em outubro de 2017.

Conclusão

Primeiramente é interessante observar o sentido coletivo de construção de tecnociência apresentado a partir dos relacionamentos entre os atores humanos. Sejam em tramas topicamente localizadas nas esferas nacionais ou internacionais. A ciência é uma atividade coletiva, sendo assim não é realizada de forma isolada, mas a produção de conhecimento depende da interação social entre pesquisadores e instituições, agindo em redes.

Os aspectos científicos estão inter-relacionados ao contexto do denominado como social e a força de Orrico, como agente, dependeu das redes de relações sociais existentes, criadas e expandidas; dos seus contatos postulados e sobrepostos. Dessa forma, é interessante observar que o capital social adquirido e/ou acumulado influencia na produção e acumulação de outras espécies de capital.

No caso do Antares, o trabalho em rede foi primordial para definição da utilidade da instituição para as populações locais e para a apresentação pública de ciência. Seja com programas internacionais ou com instituições e agencias nacionais. Tantos as pessoas, quantos os objetos estiveram circulando nessa rede que Orrico se valorou para fazer o Antares brilhar.

Referências Bibliográficas:

Bibliografia:

ANDRADE, Celeste Maria Pacheco. Origens do povoamento de Feira de Santana: um estudo de história colonial. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) -Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1990.

BOURDIEU, Pierre. O capital social: notas provisórias. In: NOGUEIRA, M. A.; CATANI, A. (orgs.) Escritos de Educação, 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 2001, pp.67-69.

LATOURE, Bruno. Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.

NUNES, Marcomede Rangel. Relação entre densidade de fluxo solar (10.7 cm OTTAWA) e número relativo de manchas solares durante 1979. Observatórios: Zurich, Boulder e Antares de Feira de Santana. Contribuição científica nº 18. Universidade Estadual de Feira de Santana, Observatório Astronômico Antares;

REIS, Francemberg Teixeira. Terra em Jogo: perfil fundiário e estratégias para a manutenção da propriedade rural em Feira de Santana na passagem para o século XX, Dissertação (Mestrado em História) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2014.

SILVA, Aldo José Morais. Natureza sã, civilidade e comércio em Feira de Santana: elementos para o estudo da construção de identidade social no interior da Bahia, 1833-1937. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

SOUZA, Antonio Carlos da Graça. Determinação do fator k, do número relativo de WOLF no ano de 1979 no Observatório Antares. Contribuição científica nº 17. Universidade Estadual de Feira de Santana, Observatório Astronômico Antares.

SOUZA, Lise Marcelino. Amadores observam o céu: o Observatório Astronômico Antares e o ideal de modernização em Feira de Santana (1971 – 1992). 2018. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Alagoinhas, 2018.

Documentos:

ANTARES. Jornal Feira Hoje. Feira de Santana, p. 2, 18 set. 1971 BMAS/PMFS.

ASTRONOMO vem montar cúpula do Antares. Jornal Feira Hoje, Feira de Santana, p.3, 12 set. 1974. BMAS/PMFS.

EQUIPE do Antares estuda explosões solares. Jornal Feira Hoje. Feira de Santana, p. 3, 12 ago. 1972. BMAS/PMFS.

EXPLOSÕES preocupam o Antares. Jornal Feira Hoje. Feira de Santana, 26 ago. 1972. BMAS/PMFS.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Termo de doação do Telescópio Laser. Distrito Federal. 21 mar. 1985.

OBSERVATORIO ASTRONOMICO ANTARES. Feira de Santana. Ata da sessão de posse da diretoria do Observatório Astronômico Antares. Feira de Santana. 15 mar. 1975.

**“O ESTUDO DA VIDA ÍNTIMA DO PAIZ”: FELISBELLO
FREIRE E A HISTÓRIA TERRITORIAL DO BRASIL (1906)**

Magno Francisco de Jesus Santos¹

Nos idos de 1906, pela Tipografia do Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, vinha à lume o primeiro volume da “História Territorial do Brazil”, oriundo de um projeto monumental executado pelo médico Felisbello Firmo de Oliveira Freire (1858-1916). Tratava-se de uma proposta de escrever uma obra geral, dividida em cinco volumes, que descortinasse o processo territorial de povoamento do Brasil, no âmbito das vilas, cidades e capitanias. Felisbello Freire, médico pensador da história com formação em ciências médicas e um dos protagonistas do movimento republicano em Sergipe, enfrentava um dos temas mais delicados na seara historiográfica no emergir republicano: a questão dos limites entres as unidades da Federação.

Neste trabalho tenho o propósito de entender os pressupostos que nortearam a escrita da história dos espaços por Felisbello Freire, em um contexto intelectual marcado pelas querelas sobre os limites entre os estados. Os primeiros decênios republicanos eram marcados pela tensão historiográfica, que pensava a institucionalização dos espaços como demanda política das unidades da Federação. Pode-se inferir que o emergir da república foi tingido pela luta retórica de reivindicação dos territórios em uma querela historiográfica elucidativa das fissuras do federalismo brasileiro. A análise historiográfica tem como escopo os livros e artigos publicados pelo autor, notadamente, textos publicados em revistas de institutos históricos.

¹ Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa do Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: magnohistoria@gmail.com

Em tais obras é possível perceber que para Felisbello Freire, a colonização era explicitada como um processo de ocupação dos espaços. Ao olhar para o passado, o pensador da história buscava instituir a legitimidade na luta reivindicatória no tempo presente, por meio dos usos do passado como argumento de atribuição de sentido sobre a posse dos espaços.

Neste texto, penso a escrita da história em Felisbello Freire a partir de dois movimentos. No primeiro, discuto a presença do autor na historiografia, ou seja, como ele foi visto pelos pares em seu tempo. No segundo momento discorro sobre a construção da história dos espaços por Felisbello Freire, com ênfase para a sua história territorial do Brasil e o lugar dessa obra no âmbito de seu ambicioso projeto historiográfico de interpretação do passado nacional.

Felisbello Freire na historiografia

Felisbello Firmo de Oliveira Freire foi um intelectual do final do século XIX marcado pelos deslocamentos espaciais e de atuação. Um homem de múltiplas interfaces, que se coadunavam e se complementavam na fabricação do homem de letras que se notabilizou pela invenção dos passados de partes específicas dos chãos no Brasil, como também pela astuta luta em defesa dos princípios republicanos. O ardor historiográfico do pensador da história confunde-se com as suas inquietações políticas, com críticas tecidas à política imperial e o anseio de angariar fontes para possibilitar a escritura das histórias dos estados que compunham o antigo norte do Brasil.²

² Até o segundo decênio do século XX, o antigo norte do Brasil era constituído pelos estados que atualmente compõem o Nordeste e o Norte. Ressalta-se a atuação de instituições culturais e científicas na produção de narrativas acerca da história dos estados, com maior visibilidade para os institutos históricos e geográficos e as academias de letras.

Nos idos de 1893, no fervor do golpe republicano, Sacramento Blake incluiu o nome de Felisbello Freire entre os verbetes do seu “Diccionario Bio-bibliographico Brasileiro”. De acordo com o seu biógrafo,

Felisbello Firmo de Oliveira Freire — Filho do major Felisbello Firmo de Oliveira Freire e de dona Rosa do Amarante Góes Freire, nascido em Itaporanga, Sergipe, no anno de 1858 e doutor em medicina pela faculdade da Bahia, foi o primeiro governador do Estado de seu nascimento, do qual ó deputado no congresso federal. Começou a exercer a clinica na cidade de Larangeiras, em cuja imprensa figurou, e foi quem creou om Sergipe o partido republicano. Na câmara dos deputados foi o relator da commissão de reorganização dos Estados depois do movimento de 23 de novembro de 1891, e do julgamento do Congresso sobre a constitucionalidade da decretação de sitio a 10 de abril de 1892 e do projecto de amnistia. E' sócio do Instituto histórico e geographico brasileiro (BLAKE, 1970, p. 326).

Os dados biográficos elencados no verbete explicitam a dimensão familiar, o processo de formação intelectual e a atuação na esfera política, notadamente, no período republicano. Até certo ponto, a atuação intelectual de Felisbello Freire ainda não havia galgado maiores ressonâncias, pois, naquele momento, a sua obra de maior vulto era o livro “História de Sergipe”, publicado nos idos de 1891. Foi outro dicionário biobibliográfico que elucidou outros traços da personalidade do pensador da história, contribuindo para a construção de uma leitura na qual expressava uma versão mais artística e humana do intelectual. Nas palavras de Liberato Bittencourt,

FELISBELO FREIRE, F. Firmo de Oliveira F. – Político influente no Rio de Janeiro. Nasceu em Itaporanga a 30 de janeiro de 1858, formando-se em medicina na Bahia em 1881. Dedicando-se então à clínica e

ao jornal, em Laranjeiras, ganhou logo reputação sólida e dupla: como médico abalizado e como jornalista competente. Criou em Sergipe o partido republicano e foi o primeiro governador que teve o Estado em 1889. Eleito deputado federal, ocupou na câmara posição muito saliente, sendo orador da comissão de organização dos Estados, depois o do movimento de 23 de novembro de 1891, o do julgamento do congresso sobre a constitucionalidade do sítio de 1892 e ainda o do projeto de anistia. Era homem alto e forte, inteligente e culto, com um gosto decidido para a história e para a música. Flautista de primeira ordem e pianista de grande merecimento. Foi ministro da fazenda em 1893, com o marechal Floriano, e deputado federal até aos seus últimos dias, tendo abandonado completamente a medicina, para a qual havia especial pendor. Seria um músico de fama, como um clínico de vulto, se não houvesse erradamente trocado a arte de Bellini e a de Charcot pelos mistérios da política partidária. Redigiu superiormente *O Republicano*, de Laranjeiras, e *A Tribuna* do Rio. Publicou, além de folhetos vários, *A História de Sergipe*, *A História constitucional da República*, *A História territorial do Brasil* (publicado apenas o vol. I) e *A História da Cidade do Rio de Janeiro*. Era sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e também do Instituto Sergipano (BITTENCOURT, 1912, p. 79).

Nas palavras de Libertato Bittencourt, Felisbello Freire emerge como um homem de letras, versado na história e na música, capaz de produzir importantes interpretações acerca do passado da nação, por meio da elucidação de novos problemas epistemológicos para a história, como a dimensão territorial. Além disso, Freire também emerge como o historiador que atuou em significativas instituições culturais do país, incluindo a “Casa da Memória Nacional”.³

Assim, o homem pardo,⁴ nascido na vila de Itaporanga, província de Sergipe, pode ser visto como um

³ Forma pela qual é conhecido o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

⁴ Sobre essa questão pode ser consultado Dantas (2009).

intelectual que amplificou os horizontes da investigação histórica no país ao longo dos primeiros decênios republicanos, dedicando-se à escrita da história dos limites. Ao pensar a formação do território da nação a partir da edificação dos limites entre as unidades da Federação, Felisbello Freire inaugurava um modo de pensar a institucionalização do país por meio da conquista do espaço físico, da transmutação do espaço em território, tingido pela relação de poder. De acordo com o biógrafo Armindo Guaraná,

Como alto funcionário da inteira confiança do Chefe do Estado e co-responsável pelas medidas de exceção empregadas para a debelação da revolta, não lhe foi menos espinhosa a gestão dos negócios concernentes ao seu Ministério, de que se exonerou a 18 de agosto de 1894, tendo acumulado interinamente em 1898 as funções de Secretário dos Negócios Exteriores. Entre os diversos aspectos do seu talento multiforme nenhum mais distinto, nem mais útil do que o de historiador, por longos anos em infatigável assiduidade nas bibliotecas e arquivos públicos esmerilhando documentos seculares em busca de novos subsídios para melhor elucidação da nossa história. Das suas abundantes investigações resultaram as várias obras que publicou sobre este gênero da literatura nacional. Uma fato pouco comum entre os homens atraídos pela política e pela administração pública realizou-se na sua vida, aliás não muito longa. As elevadas posições que ocupou, as preocupações da clínica e da imprensa, as contrariedades e as desilusões não lograram amortecer em sua alma de artista a paixão que desde muito moço sempre alimentou pela música. Manejando com facilidade todos os instrumentos e muito especialmente o piano e a flauta, tornaram-se conhecidos na Capital Federal os concertos familiares havidos na sua residência. Revelada a sua vocação, facilmente assenhoreou-se dos segredos da arte, aperfeiçoando-se com tanto brilho, que, simples acadêmico de medicina, fora convidado para reger a orquestra de 180 professores, no concerto oferecido ao maestro Gotts-

chald na sua passagem pela Bahia. Clínico, político, jornalista e historiador, na arriscada campanha da propaganda das suas idéias fundou o “Clube Republicano” na cidade de Laranjeiras e em homenagem ao seu saber, principalmente aos seus conhecimentos históricos, foi distinguido com os diplomas de sócio honorário do Instituto Histórico e Geográfico de S. Paulo, e efetivo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e do Instituto Arqueológico Pernambucano (GUARANA, 1925, p. 157).

Em estudo mais recente e permeada de problemas de imprecisão historiográfica, Maria Beatriz Nizza da Silva secundariza a escrita de Felisbello Freire. No entender a historiadora, “por mais que nos custe, a história de Sergipe colonial continua atrelada à história da Bahia, apesar dos historiadores que se dedicaram a ela: Felisberto Freire, Maria Thetis Nunes e Luiz Mott” (SILVA, 2019, p. 10). Percebe-se uma preocupação em elucidar o espaço como um vazio historiográfico, a vir a ser, uma ausência de pensar a escrita da história. A historiografia foi ignorada, de tal modo que até mesmo a grafia dos nomes dos historiadores foi delegada a segundo plano. É nesta escrita com má vontade e aligeirada que a autora reconhece como Freire “teve uma motivação claramente política, mas apresenta a vantagem de publicar, em notas de rodapé, abundante documentação e de anexar as cartas de sesmária dos séculos XVI e XVII, de grande relevância para o estudo do povoamento do território”

A tessitura dos espaços na invenção historiográfica de Felisbello

No início do século XX, Felisbello Freire deu início a um projeto ambicioso de escrita da história do Brasil, no qual consistia em a publicar cinco volumes

de uma monumental história territorial, para enfim, possibilitar a escrita de uma história geral do país. Certamente, tratava-se de uma proposta de repensar o lugar da história no processo de reinvenção do Brasil, com um forte teor republicano e com um claro propósito de superar a história geral gestada sob a pena do Visconde do Porto Seguro.⁵ A proposta de escritura da história mobilizado por Freire implicava em repensar a dimensão do nacional. Ao contrário do modelo operacionalizado por Varnhagen, não se tratava de buscar uma experiência centrada na corte, protagonizada pela família imperial, como uma continuidade do legado português. Na escrita de Felisbello Freire, o novo nacional deveria ser pensado a partir das especificidades de cada estado, como um emaranhado de experiências que emolduravam o país. Ele buscava entender o que denominava de “vida íntima do paiz”. Nas palavras de Freire,

Este livro é o primeiro de uma série que pretendemos publicar, sob o título geral de História Territorial do Brasil.

Seu assumpto é a genesis e a evolução do povoamento pelo território nacional e todos os factos que se prendem directa ou indirectamente a ele.

É o estudo da vida íntima do paiz, sem o qual é impossível escrever a História Geral do Brasil, como pretendemos fazer, antecipando a esse futuro esforço esta série que prepara e esclarece os problemas políticos, econômicos e sociais que nos acompanham, desde o século XVI (FREIRE, 1906, p. 1).

O projeto de escrita da história gestado por Felisbello Freire implicava na construção de uma ampla

⁵ Sobre a produção historiográfica do Visconde do Porto Seguro existe uma vasta produção. Sugiro a leitura de Temístocles César (2018) e Evandro dos Santos (2012).

leitura acerca do passado atinente às diferentes regiões da nação. Ele entendia que somente após a publicação dos cinco volumes de sua história territorial é que estaria apto a escrever a história geral. Certamente, essa assertiva encobre uma crítica à historiografia elaborada por Varnhagen, na qual a história geral centrava-se no espaço do poder centralizado. Por outro lado, o projeto de Freire centrava-se em uma dimensão federalista, encobrindo todos os espaços que compunham a União. A história do Brasil, entendida como uma experiência emergida a partir da colonização lusitana, deveria ser pensada a partir dos elementos específicos de cada unidade. Era necessário adentrar os sertões e vislumbrar o processo de divisão do país:

Sem o estudo dos interesses, quer econômicos, quer políticos, quer religiosos, que fizeram a conquista pelo litoral e depois pelo sertão, abrindo as linhas de povoamento, que foram formando centros de população aqui e acolá, sem o estudo da geneses das circumscrições políticas e administrativas, em que se foi dividido o paiz, em consequência desse povoamento que, passando por sucessivas phases, chegou a definir-se sob o ponto de vista política e administrativa organizada; sem o estudo de todos os factos que se prendem a esse processo básico de formação, a história do Brasil não passa de um simples tecido de factos, sem lógica, sem harmonia, sem causalidade.

É uma obra incompreensível, sem acção e sem vida (FREIRE, 1906, p. 1).

Ao defender o projeto de escrita da história a partir da problematização da territorialização, Felisbello Freire elenca as fragilidades de uma escrita desprovida dessa preocupação, fato elucidativo para referendar a demanda historiográfica por uma nova história geral do Brasil. Provido de princípios cientificistas, ele buscava construir uma narrativa geral do

passado nacional, atribuindo-lhe sentido, lógica, harmonia e explicitação das causas. Ele buscava entender o nacional a partir da consideração das experiências históricas de conquista e colonização de múltiplos espaços, do litoral aos sertões.

Desse modo, o modelo historiográfico de Felisbello Freire encontrava-se ancorado em outras narrativas históricas de seu tempo, notadamente, Capistrano de Abreu e João Ribeiro, notáveis historiadores do Brasil republicano, com experiência docente no Colégio Pedro II e também oriundos do antigo norte do país. Homens de letras que já vinham pensando a história do país a partir de uma maior imersão nos sertões. Contudo, Freire não deixou de ressaltar as dificuldades de seu empreendimento, por se tratar de uma ação pouco usual na historiografia brasileira, de pensar a constituição do território.

Por maiores que fossem os nossos esforços, em um estudo de quase 20 anos nas fontes puras dos manuscritos de ensinamento histórico do Brasil, para escrever a História Territorial do Brazil, segundo o plano que adoptamos, estamos certos e convictos de que ella está longe de ser uma obra completa e perfeita sobre o assumpto.

Fomos o primeiro a querer penetrar nessa matta escura e espessa.

Os esforços de nossos historiadores nunca convergiram para esse lado de nossa história, de maneira que não existe em nossa literatura um trabalho sobre o assumpto de nossa obra.

Basta isto para assignalar as dificuldades da empresa e tornar bem patente as omissões e defeitos de que há de ressentir-se a História Territorial do Brazil.

É por demais completo e difícil o assumpto, cujo estudo procuramos nella abordar (FREIRE, 1906, p. 2).

O ineditismo da obra foi elucidado pelo autor, que se considerava o pioneiro no ato adentrar a mata escura da pesquisa histórica atinente ao território no Brasil. Felisbello Freire acabou por se incumbir de elaborar uma leitura geral acerca dos espaços, amplificando as ações que vinham ocorrendo de forma isolada no âmbito dos institutos históricos e geográficos estaduais, na escrita da história sobre os limites dos estados. O próprio Felisbello Freire contribuiu de forma significativa com escrita a escrita sobre os limites de estados como Sergipe e o Rio Grande do Norte (COSTA, 2018). Era uma escrita que elucidava uma demanda política de seu tempo, com a defesa dos direitos de posse dos territórios, os espaços contestados. A história emergia como discurso de verdade, de prova reivindicatória sobre a posse. Uma história tribunal.

Com isso, a escrita da história no emergir do século XX apresentava-se como um processo de construção da legitimidade da posse sobre o território no tempo presente. A escrita da história territorial do Brasil por Freire tinha como cerne contribuir de forma panorâmica para adensar o debate atinente à questão dos limites, mas também reverbera o projeto de propiciar a escrita de uma nova história geral, sedimentada nas experiências sociais e históricas de outros espaços, no litoral e no sertão.

Referências Bibliográficas

ALVES, Francisco José. A rede dos conceitos: uma leitura da historiografia de Felisbello Freire. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2010.

BITTENCOURT, Liberato. Homens do Brasil: Sergipanos Illustres. Rio de Janeiro: Gomes Pereira, 1913.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Dicionário Bio-bibliográfico Brasileiro. Vol. 2. 2ª ed. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970 [1893].

CÉZAR, Temístocles. Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen. Belo Horizonte: Autêntica, 2018.

COSTA, Bruno Balbino. A questão de limites entre o Rio Grande do Norte e o Ceará: um ensaio sobre a atuação de Felisbello Freire no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN). Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Nº 47, 2018.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. Dicionário Bio-biográfico sergipano. Rio de Janeiro: Pongetti, 1925.

DANTAS, Ibarê. Leandro Ribeiro de Siqueira Maciel (1825/1909): O patriarca do Serra Negra e a política oitocentista em Sergipe. Aracaju: Criação, 2009.

SANTOS, Evandro dos. A História geral do Brasil, de Francisco Adolfo de Varnhagen: apontamentos sobre o gênero biográfico na escrita da história Oitocentista. História da Historiografia. Nº 9, 2012, p. 88-105.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Sergipe Colonial: uma capitania esquecida. São Paulo: Singular, 2019.

PROPOSTAS DE INTERVENÇÃO EM CONSTRUÇÃO: AGENTES, INSTITUIÇÕES E CIDADE NO PROJECTO ORGÂNICO PARA LA URBANIZACIÓN DEL MUNICIPIO (BUENOS AIRES, 1925)

Ana Carolina Oliveira Alves¹

No ano de 1923, o intendente da cidade de Buenos Aires, Carlos Martín Noel, conforma e preside a *Comisión de Estética Edilicia* (CEE), intentando organizar e legislar sobre as transformações do espaço urbano. A CEE foi formada por quatro profissionais, representando cada qual uma instituição: o arquiteto René Karman pela municipalidade, o arquiteto Carlos Morra pela *Sociedad Central de Arquitectos*, o engenheiro Sebastián Ghigliazza pela sessão de arquitetura do Ministério de Obras Públicas Nacional e o arquiteto Martín Noel pela *Comisión Nacional de Bellas Artes*. Além destes, contou ainda com a consultoria do paisagista francês Jean-Claude Nicolas Forestier que, frequentemente reunido com a comissão, contribuiu nos planos de criação de um sistema de parques e jardins para a cidade.

O trabalho da CEE resultou, dois anos depois, na publicação do *Proyecto Orgánico para la Urbanización del Municipio*, um plano que sintetizava os estudos da comissão incluindo perspectivas históricas sobre o crescimento urbano, diagnósticos sobre a cidade e propostas de intervenção permeadas por escolhas teóricas que tangenciavam debates técnicos do campo do urbanismo em formação. A própria formação dos membros da comissão – três arquitetos e um engenheiro – indica o surgimento e conformação deste campo a partir de forte interação e diálogo entre outros, demonstrando uma forte permeabilidade dos saberes relacionados com o que se colocam transdisciplinarmente desde

¹ Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas, Bolsista Fapesp processo 2018/15544-0, e-mail: anacarolinaoa@hotmail.com

suas origens – grafadas no plural por não poderem, em nossa concepção, situar-se pontualmente.

Temas relativos à cidade e suas transformações materiais e simbólicas estimularam trocas entre profissionais de distintas formações e as visões dos técnicos – arquitetos, engenheiros, médicos e cientistas sociais – ganharam gradual destaque, em debates públicos, políticos e profissionais. Ainda que formalmente a CEE fosse composta pelos quatro técnicos citados, uma atenta análise das reuniões da comissão em suas atas registradas semanalmente entre os anos de 1923 e 1925 permite perceber a presença de outros profissionais – dentre especialistas técnicos e autoridades políticas – e instituições diretamente envolvidos nos debates sobre o espaço urbano.

As distintas formações, trajetórias e formas de atuação não só dos membros da CEE, mas também destes outros indivíduos envolvidos nos temas mobilizados pelo *Proyecto*, demonstram a necessidade de pensar neste documento não só a partir das dinâmicas internas. Dos 1962 exemplares publicados em 1925, grande parte foi posta à venda, mas, cerca de 250 foram destinados a autoridades políticas, distribuídas em bibliotecas especializadas e enviadas a outros países (NOVICK, 2008). Isso evidencia a permeabilidade do debate técnico exposto no documento e a alta circulação dos temas que, longe de serem específicos do *Proyecto*, expressam questões relativas ao campo em formação, evidentes também em outros espaços.

Nossa proposta aqui é uma reflexão teórica inicial que permita pensar em formas de analisar as interações entre profissionais e instituições no âmbito de construção do campo do urbanismo buscando superar aquelas que limitam os contextos de circulação. Consideramos que, ainda que esta pesquisa tenha como foco a análise de um documento específico, pensado no

contexto argentino, encarar sua interlocução – direta e indireta – com outros suportes e espaços de atuação profissional em meio a um campo em formação, que ultrapassa os rígidos limites de categorias é essencial.

Possibilidades teóricas da construção do campo: o lugar do indivíduo e do nacional

Em uma tentativa de deixar de lado modelos explicativos simplificadores por vezes presentes nas análises historiográficas sobre a cidade – quando presas à narrativas evolutivas que postulam momentos de origem ou de grandes rupturas – acreditamos na importância de, cada vez mais, caminhar na busca por novas abordagens sobre as temáticas urbanas. Nesse sentido, convergem muitas formas de pensar e concepções teóricas que, aproximadas, podem indicar novos rumos para a produção histórica sobre a cidade.

Ao destacarmos a importância de atentar para a atuação de profissionais e instituições, importantes elementos na construção do urbanismo enquanto campo disciplinar, o fazemos apontando também uma demanda de afastamento das análises mecânicas que enxerguem os pensamentos ou atuações destes enquanto centrais não atentando para dinâmica tangenciais e relações estabelecidas entre diferentes escalas, contextos e temporalidades.

A compreensão da formação do pensamento urbanístico enquanto campo de reflexão e intervenção demanda atenção a estes movimentos fluidos nos quais elementos como as trajetórias de profissionais, suas formações, as instituições que eles integram, a conformação de relações entre eles, o compartilhamento de práticas e experiências ocupam importante lugar. A conformação desse complexo campo transdisciplinar, segundo Bresciani, é atravessada por noções

filosóficas de diferentes vertentes, posições políticas em constante embate e distintos interesses econômicos e financeiros (BRESCIANI, 2018). O exercício exploratório de compreensão deste campo dificilmente será contemplado por visões lineares e que busquem origens pontuais, estabeleçam trajetórias rígidas ou fixem nacionalidades a determinadas ideias.

Como ponto de partida, parece evidente o espaço relevante ocupado pelos profissionais no estudo do domínio comum do saber urbanístico. Sobre as narrativas que tem os indivíduos como foco, destacamos a importância de entender as concepções teórico-metodológicas que estão imbricadas nesta escala da análise. Maria Cristina Leme, ao pensar na incorporação da escala de análise individual, distingue as implicações metodológicas da biografia e das trajetórias. Recuperando Bourdieu, Leme atenta para os perigos da suposta sequência cronológica e lógica dos acontecimentos da vida de uma pessoa, advertindo que estes, na verdade, não seguem uma linearidade progressiva e de causalidade (LEME, 2014).

Esse todo coerente e coeso seria uma construção a posteriori na construção da narrativa e estaria mais relacionado com uma determinada compreensão da história como totalidade. Ao contrário, a trajetória permitiria compreender a posição relativa que tal indivíduo ocupa no campo científico – passando dos simples estudos isolados de caso para o entendimento de todo um grupo do qual este faz parte. Inserir o personagem em contextos conferem significados mais complexos a elementos que, isolados, podem parecer singularidades que destacariam o caso específico estudado.

Destacamos a importância de um olhar histórico sobre a conformação do campo do urbanismo que não veja as trajetórias biográficas como capazes de ex-

plicar, individualmente, possibilidades dentro do campo. O foco no indivíduo é, uma importante escala de análise, mas, salientamos, deve ir além das limitações e construções mitológicas e mecânicas em torno de um personagem buscando compreender relações que se estabelecem nos contextos no qual este se insere – seus espaços de atuação, contextos nacionais, suportes de suas narrativas, etc. Abandonar a ideia que associa determinadas figuras, momentos ou instituições com certo pioneirismo no campo – quase como se isso fosse condição natural – permite uma outra análise: compreender estes elementos inseridos em contextos políticos e profissionais que permitem o desdobramentos de seus pensamentos e/ou a realização de determinados projetos.

No caso da historiografia argentina, constantemente é perceptível uma narrativa sobre o urbano que concede a determinados períodos históricos ou personagens a interpretação de instrumento de superação de uma dada condição de “descompasso” entre o status e as possibilidades da cidade e sua efetiva realização. Com a consagração do papel de capital por Buenos Aires, essa narrativa foi, por vezes, reiterada, como se para criar uma imagem contrastante entre a cidade anteriormente categorizada pela falta (de tamanho, de modernidade, de status político) e a nova imagem, aquela que a consagraria enquanto uma grande capital, ligada a modelos que não necessariamente condiziam com seu contexto, mas apenas reforçavam lógicas e fórmulas prontas. A despeito da emergência de novas questões acadêmicas, objetos e fontes na construção historiográfica sobre a cidade, a consagração destes momentos ou profissionais responsáveis quase que heroica e canonicamente por mudanças, manteve-se reiterando uma hegemonia simbólica nas pesquisas, limitando-as.

A escolha por um documento específico aconteceu buscando driblar essa narrativa de uma autossuficiência explicativa. Ao contrário, encaramos o *projecto* a partir das relações estabelecidas entre outros espaços de debate, considerando essencial pensar nessas permeabilidades. Repensando as formas narrativas da escala individual, destacamos a importância pensar em novas formas de análise dessas relações estabelecidas entre profissionais e instituições em meio a uma cultura profissional que não desconsidera esse grande fluxo de movimentos plurais que, dificilmente são contemplados se reduzidos a esquemas cartesianos, rígidos e estáveis.

Na conformação de campos científicos, Kapil Raj defende um afastamento da visão dominante segundo a qual a ciência teria uma lógica própria de desenvolvimento – sendo construída a partir de procedimentos neutros, rígidos, imutáveis e em condições sempre circunscritas e controladas (RAJ, 2007). Essa visão tradicional desconsideraria a importância de um tratamento histórico e social a ser associado com a história das ciências e, a mobilização de distintas disciplinas em torno desta temática, teria, para o autor, contribuído para a compreensão de uma natureza negociada, onde as práticas e saberes passam a ocupar espaço central sendo entendidos a partir de fronteiras mais fluidas e dinâmicas do que os contextos rígidos no qual concepções simples e passivos de difusão os limitavam.

Entender esses diálogos e trocas de maneira ativa, ainda que inscritas em relações assimétricas de poder, permite estabelecer novas relações entre contextos espaciais até então tidos como rigidamente apartados, entendendo e confrontando formas de organização que se aproximam e afastam a todo momento, em movimentos que não são tão lineares quando as narrativas tradicionais pareciam querer postular.

A circulação enquanto método de análise, defendida por Raj, insiste no acompanhamento da trajetória de indivíduos e seus movimentos – corroborando com uma escala individual não circunscrita apenas em si – concentrando-se na recomposições e reconfigurações propostas em suas ações. Para o autor, a circulação não seria apenas o fenômeno do movimento, mas envolveria todo o processo de transformação que acontece no deslocamento de conhecimentos e práticas, não necessariamente entre fronteiras apenas nacionais.

Nos apoiamos também nas reflexões de Barbara Weinstein sobre a categoria do transnacional enquanto um importante procedimento metodológico para a área da história. A autora se baseia na academia norte-americana onde atua e toma como ponto de partida algumas abordagens surgidas nos anos 1980 e 1990 para entender sua influência nas áreas de pesquisa da História, onde até então apenas 20% era destinada a áreas que não a Europa e o próprio Estados Unidos. Segundo ela, o aparecimento e expansão de algumas áreas demonstra um desafio ao padrão estabelecido e também sobre o domínio da nação enquanto categoria que organiza as narrativas históricas – o que vai influenciar diretamente as pesquisas que tem como objeto a América Latina e o Caribe (WEINSTEIN, 2013).

Weinstein atesta uma espécie de contradição ao perceber que os *latin americanists* precisam defender seu campo de atuação, mas, simultaneamente, repensar as fronteiras nacionais – o que envolve um deslocamento das especificidades até então reforçadas. O que vai começar a ser questionado é esse tipo de narrativa histórica sobre o continente americano que reconheça a intervenção e o papel estadunidense apenas colocando-o enquanto protagonista, delegando a América Latina outros papéis. Nessa abordagem o centro continuava representando o universal, o geral, e a América

Latina e outros espaços as situações particulares a partir de narrativas de excepcionalidade.

O transnacional emergiria, portanto, enquanto nova forma de encarar essas interações e intercâmbios, mas pensando estes a partir de novos papéis delegados aos territórios latino-americanos – impensáveis no bojo de uma narrativa ainda centrada nos limites da nação enquanto categoria. Para Weinstein, o transnacional ganha destaque em contraposição a uma abordagem comparativa em declínio – ainda que não deixe de ser, também, uma forma de comparação. Esta nova forma, entretanto, seria menos positivista por permitir pensar na alta permeabilidade entre as fronteiras e uma intensa circulação, indo além da homogeneização da história comparada que lidava com uma total separação de contextos pensando a partir de casos congelados, fronteiras fixas e uma narrativa que valoriza o contraste. No caso do transnacional atentar aos processos e redes que atravessam as fronteiras da nação não implica diretamente nessa homogeneização permitindo superar a narrativa das particularidades e especificidades.

Bresciani propõe a recuperação de noções de contingência e polissemia para que não limitemos a reflexão ou as respostas a uma explicação ou interpretação *a priori* apoiada em modelos facilitadores de análise. Estas, ainda que elaboradas de maneira sofisticada, negligenciaram a formação transdisciplinar e complexa o pensamento urbanístico, em constante movimento de modificações e elementos que se somam a este a partir de propostas, experiências de intervenção realizadas em diferentes cidades e países se estrutura como um campo ‘entre-nações’ ainda que soluções apareçam de maneiras características para cada caso.

As ideias, os saberes e práticas – carregados por profissionais – circulam, viajam, são permeáveis, instáveis,

polissêmicos e proliferam sentidos. Insistindo na importância do conhecimento do processo – bastante complexo, não linear e nem sempre tranquilo, Bresciani propõe que as noções e conceitos do urbanismo não tem um lugar fisicamente definível, mas compõem um campo de conhecimento estruturado, ainda que não estável e cristalizado. Este campo, sujeito à transitoriedade das ideias, à contingência, à polissemia e à embates de interesses de ordens variadas pode ser aferido em distintos contextos, sejam países, cidades, livros, revistas, suportes, encontros, etc.

A busca por uma compreensão linear na conformação do campo nos faria, artificialmente, criar conexões buscando um suposto consenso, em alguma medida, entre as ideias e teses articuladas e elaboradas por esses profissionais. A pesquisa tem nos mostrado, entretanto, que, ainda que compartilhem-se temáticas, as opiniões, pressupostos e soluções não são plenamente partilhadas. O campo se caracteriza pela disputa, pela heterogeneidade e pelos dissensos. Estes, estariam negligenciados em algumas visões que desconsiderassem movimentos fora de fluxos mecânicos. Os caminhos não lineares, por sua vez, contribuiriam para revelar processos de circulação de profissionais, práticas, saberes e instrumentos que permitem a conformação de determinados campos, como o caso do urbanismo, que nos interessa aqui.

As articulações observadas no *Proyecto*, entre instituições e profissionais, estão permeadas instabilidades e de lógicas não necessariamente lineares que ficam bastante prejudicados se reduzidos a esquemas estáveis. A circulação, enquanto um processo dinâmico de transformação, acontece em meio a idas e vindas, relacionados a contextos que nem sempre se concatenam de maneiras lógicas e, se buscarmos esse tipo de explicação incorremos no risco de perder a multiplici-

dade de movimentos que nele estão envolvidos. A alta permeabilidade entre esses profissionais e diferentes contextos ultrapassam fronteiras que podem ser simplesmente explicadas por categorias nacionais e individuais, ou de relações que se estabelecem de maneira linear. As circulações consideradas por nós essenciais para a conformação do campo acontecem de maneira não homogênea, já que os diferentes contextos não são vistos de maneira separada, mas como partes de um mesmo processo, que acontece de maneira compartilhada.

Considerações Finais

Esse caráter plural e até certo ponto instável e difuso, onde a entrada e movimentação de determinados profissionais pode ser identificada a partir de diferentes pressupostos, escalas e tempos e densidades, ainda é bastante difícil de aferir tendo em vista que estamos tradicionalmente acostumados ou mesmo condicionados por metodologias que priorizam elementos estáticos e acabados. Por outro lado, reiteramos a importância de atentar ao processo, aos trânsitos, interações, intercâmbios e movimentos que, com diferentes lógicas e dinâmicas, também concedem sentidos ao campo em formação.

As páginas do *Proyecto* de 1925 bem como a discussão das atas da CEE demonstram uma série de temas, estratégias, pressupostos e objetivos com potencial construtivo das práticas dos urbanistas enquanto saber especializado. Ainda que as dinâmicas de embate dentro do próprio campo demonstrem divergentes soluções elaboradas para os problemas urbanos, observar articulações que superem fronteiras queensem diferentes contextos de maneira muito rígida e homogênea pode ser um passo para compreender a circulação de ideias e práticas.

Ainda que o *Proyecto* seja nosso objeto principal, consideramos essencial para a compreensão dos movimentos plurais de conformação do urbanismo enquanto disciplina cotejar as discussões ali realizadas com uma série de outras camadas de sentido que se constroem a partir de outros indivíduos, em outros espaços e/ou temporalidades. Nele se delineia um contexto permeado por debates e temas reiterados por um constante fluxo de diálogo entre profissionais, práticas, saberes e instituições que evidencia os movimentos plurais que norteiam a relação entre administração da cidade e seus diversos agentes em meio a institucionalização do urbanismo enquanto campo de intervenção e uma intensa sociabilidade profissional.

Os contextos individuais e nacionais, utilizados aqui como exemplos, são imprescindíveis, mas devem ser pensados a partir de intensas relações e movimentos fluidos. Estas figuras e os órgãos aos quais estão ligados retroalimentam constantemente os embates temáticos do urbanismo e sua interação evidenciam uma circulação de profissionais, práticas e saberes que, nesses múltiplos movimentos, constrói e reconstrói referências e sentidos reconfigurando, dialogicamente, o escopo do campo em formação.

O trânsito de pessoas, publicações, textos e revistas, indicam a necessidade de se investir em novas formas de apreensão e narração históricas que consigam se aproximar desse aspecto plural e dinâmico e se afastar de narrativas conclusivas e totais. Nesse sentido, este texto foi um movimento teórico inicial que teve como objetivo estabelecer a forma com que esta pesquisa irá buscar analisar a conformação do campo, através do *Proyecto*, de seus intercâmbios, profissionais, instituições e sentidos múltiplos.

Referências Bibliográficas

BRESCIANI, N. S. M. A construção da cidade e do urbanismo: ideias têm lugar? In Bresciani, M. S. M. Da cidade e do urbano: experiências, sensibilidades, projetos. São Paulo: Alameda, 2018

LEME, M. C. S. Prefácio. Sobre biografias e trajetórias. In. Faria, R.; Cerasoli, J. F.; Lira, F. (org.). Urbanistas e urbanismo no Brasil: entre trajetórias e biografia. São Paulo, SP: Alameda, 2014.

NOVICK, A. Pensar y construir la ciudad moderna. Planes y proyectos para Buenos Aires. Buenos Aires: [NCCRNS], 2008

RAJ, K. Conexões, cruzamentos, circulações. Cultura, v.24. p.155-179. 2007

WEINSTEIN, B. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. Revista eletrônica da ANPHILAC, n. 14, p. 9-36, Janeiro/Junho 2013.

REDES CIENTÍFICAS, INSTITUIÇÕES E SAVANTS EM TORNO DA MISSÃO FRANCESA ROHAN-CHABOT EM ANGOLA E RODÉSIA

Priscila Freitas de Carvalho¹

Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Lisboa

Senhor presidente,

Eu tenho a honra de solicitar à Sociedade de Geografia a concessão de uma missão com o objetivo de explorar o sudeste da colônia portuguesa de Angola.

1. Embora os portugueses tenham desembarcado em Angola em 1485 e não cessaram a partir de 1574 as relações com esta colônia, este país está longe de ser inteiramente conhecido. A parte sudeste em particular, situada entre os 18^e e 22^e de longitude leste (meridiano de Greenwich) e entre os 13^o e 17^o de latitude sul, não foi explorada até hoje.²

Com esta apresentação se iniciava a carta enviada em 9 de janeiro de 1912 por um jovem aristocrata

¹ Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist) - Universidade de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. E-mail: priscila.carvalho@edu.ulisboa.pt

² *“Monsieur le président. J'ai l'honneur de solliciter de la Société de Géographie l'octroi d'une mission à l'effect d'explorer le Sud-est de la colonie portugaise de l'Angola. Bien que les Portugais aient débarqué dans l'Angola dès 1485 et n'aient pas cessé à partir de 1574 d'être en relations constantes avec cette colonie, ce pays est loin d'être entièrement connu.”*

Dossiê Missão Rohan-Chabot - 49 pièces imprimées, dactylographiées et manuscrites, dont une carte imprimée de l'Angola: itinéraires suivis par la mission Rohan-Chabot (avril 1912 - janvier 1914). Société de Géographie de Paris. Bibliothèque Nationale de France. Cote: MFILM SG COLIS 9 (2291).

parisiense para o então presidente da Sociedade de Geografia de Paris, o Príncipe Roland Bonaparte. A carta apresentava um balanço das missões anteriormente empreendidas no sudeste de Angola e explicava as limitações dos seus resultados. Ele ressaltava que a passagem do padre espiritano Duparquet naquela região entre 1866 e 1867, não havia deixado mais que breves cartas que foram posteriormente publicadas. Vinte anos depois, Hermenegildo Capello e Roberto Ivens empreenderam duas viagens que resultaram em um mapa da área dos rios que descem para o sudeste. Contudo, segundo Rohan-Chabot, a passagem apresada dos exploradores por aquela região inviabilizou a produção de um mapa mais detalhado do sudeste de Angola. A terceira expedição foi liderada pelo major britânico Gibbons e atravessou a região entre o Zambeze e o Cubango e graças a este eram conhecidos os esboços da geografia daquela região. Ainda na mesma época, a Companhia de Moçâmedes organizou uma missão destinada a reconhecer a região entre Moçâmedes e o Cuando. Mas por ter um propósito econômico, esta expedição não reportou informações geográficas particularmente interessantes.³

O conde Jacques de Rohan-Chabot destacava no documento a importância de empreender uma missão científica com o objetivo de estudar extensamente algumas regiões que figuravam como lacunas no mapa mais recente da colônia portuguesa de Angola publicado em 1910 pelo governo lusitano. Para alcançar este objetivo, ele solicitava a chancela da Sociedade de Geografia de Paris para explorar a parte sudeste desta possessão portuguesa em África.

³ Carta de Jacques de Rohan-Chabot enviada a Roland Bonaparte, presidente da Sociedade de Geografia de Paris solicitando o patrocínio de uma missão científica na região de Angola-Zambeze. Solicitação de missão. Société de Géographie de Paris. Bibliothèque Nationale de France. Cote: MFILM SG COLIS 9 (2291).

Após a aprovação da missão pela Sociedade de Geografia de Paris, Rohan-Chabot contou com a mobilização de savants desta sociedade e de outras instituições científicas francesas para que este projeto pessoal e voluntário fosse legitimado pelos círculos científicos parisienses. Assim, num contexto de intensa concorrência científica entre potências imperiais, a missão Rohan-Chabot despertou o interesse de diferentes atores do circuito científico francês e tornou-se o ponto focal de uma rede de estudiosos de diferentes disciplinas que buscavam preencher as lacunas da ciência sobre a região explorada pela missão.

Sob os auspícios da Sociedade de Geografia de Paris seus membros partiram em direção ao destino a ser explorado em 23 de março de 1912. Entre 1912 e 1914 a Missão francesa Rohan-Chabot percorreu 7.000 quilômetros entre Moçâmedes e o Zambeze. O empreendimento liderado por Jacques de Rohan-Chabot coletou um volume considerável de informações e materiais científicos sobre o sudeste de Angola e o oeste da Rodésia.

O presente trabalho tem por objetivo identificar as redes que foram mobilizadas para a instrumentalização científica e técnica da missão. Nossa intenção é, portanto, conhecer os atores, as vinculações institucionais e as funções que os envolvidos na missão desempenhavam na arena científica francesa da época. Mais especificamente, nos concentramos nas redes científicas mobilizadas no início da missão, no momento de sua organização ainda em solo francês e buscamos entender como atuaram os *savants* para que um projeto de exploração voluntária, proposta por um jovem de 22 anos fosse acolhida no altos círculos de ciência de Paris à época.

O conde Jacques de Rohan-Chabot pertencia a uma tradicional e antiga família de aristocratas que

remonta ao século IX na região da Bretanha. Tal como outras famílias da aristocracia europeia, a família Rohan-Chabot incorporou uma série de protocolos de distinção social. Nesse sentido, as viagens eram um elemento central na formação cultural das elites, especialmente dos jovens aristocratas. Após sua formação no *baccalauréat*⁴, Jacques de Rohan-Chabot teve a aprovação de seu pai para fazer uma viagem de volta ao mundo com seu mentor. Essa viagem lhe rendeu a experiência necessária para propor à Sociedade de Geografia de Paris uma exploração científica na colônia portuguesa de Angola. (TOURÉ, 2010)

É importante ressaltar que liderar ou fazer parte de uma viagem de exploração era uma via de entrada nos circuitos *savants* e a oportunidade de ser incluído nas sociedades científicas. Ter seu nome vinculado a um empreendimento como este era um caminho para o reconhecimento e ascensão social, sinal de dedicação patriótica e o início de uma carreira nos círculos científicos. Tanto que Jacques de Rohan-Chabot, ao longo dos anos posteriores a missão, participou de diversos círculos científicos, como membro da Sociedade de Geografia de Paris, membro da Sociedade de Africanistas fundada em 1930, como correspondente do *Jardin des Plantes* do Museu Nacional de História Natural de Paris e ainda ocupou o cargo de Diretor geral da Cruz Vermelha, atuando na resistência durante a ocupação Alemã na França.

Entre as diferentes categorias de exploradores de seu tempo, Jacques de Rohan-Chabot ocupava um espaço privilegiado uma vez que ele dispunha de recursos próprios para financiar sua missão. Contudo, ele necessitava atrelar seu projeto à tutela de institui-

⁴ “Diploma do sistema de ensino francês que tem a dupla característica de sancionar o fim dos estudos secundários e permitir o acesso ao ensino superior.” Disponível em: <https://www.education.gouv.fr/le-baccalaureat-premier-grade-universitaire-12020>.

ções que dessem o suporte necessário e legitimassem o caráter científico da missão. Isso significa que apesar do voluntarismo do jovem conde que visava empregar sua fortuna em um empreendimento científico, a interferência de um grupo de homens de ciência experientes em favor da missão foi fundamental para que este projeto fosse chancelado por instituições tradicionais que atuavam no direcionamento dos projetos de exploração.

La Société de Géographie de Paris: uma velha aliada de projetos de exploração em África

A sala de reuniões da Sociedade de Geografia de Paris foi ao longo do século XIX um espaço privilegiado de planejamento dos grandes projetos de exploração do continente africano pelos franceses. Desde as viagens de Mollien pelas fontes do Senegal e da Gambia, até a famosa viagem de Caillié a Tombuctu, a sociedade de Geografia atuou como catalisadora de redes para o delineamento e desenvolvimento do conhecimento geográfico na França.

A Sociedade de Geografia de Paris nascida em 1821 foi a primeira instituição com esta finalidade no contexto europeu. Criada num momento de ampliação da presença europeia no continente africano, esta sociedade se institucionalizou sob bases universalistas, contudo ao longo do século XIX tornou-se um espaço de afirmação nacional, caminhando em conjunto com projetos de expansão imperial nos continentes africano e asiático. (PÉAUD, 2015)

Conforme descrito no primeiro regulamento desta sociedade, seu objetivo era:

“Contribuir com o progresso da geografia, apoiando viagens a terras desconhecidas, propondo e criando prêmios, estabelecendo correspondência

com sociedades científicas, viajantes e geógrafos, publicando relatórios e trabalhos inéditos e elaborando mapas” (Règlement de la Société de Géographie de Paris, 1822, p. 1)⁵

A centralidade das instituições científicas na tutela de viagens de exploração no contexto francês foi fruto das transformações políticas e científicas ocorridas entre os séculos XVIII e XIX, especialmente após o período revolucionário alterou-se de forma significativa a maneira como as explorações se organizavam. Nesse sentido, a mediação das explorações por meio das instituições científicas foi fundamental para o controle do conhecimento que era coletado e produzido. Sobre este aspecto, os historiadores Jean-Luc Chappey e Maria Pia Donato (2016) ressaltam que entre 1780 e 1820 mudanças políticas transformaram o perfil das viagens. Assim,

A virada do século XVIII para o XIX é tradicionalmente considerada, na historiografia das ciências e das viagens, como um momento de transição. A figura do filósofo viajante do Iluminismo daria lugar a do colecionador e investigador a serviço do cientista sedentário ou da administração que o contratou. (CHAPPEY; DONATO, 2016, p. 6)

Essa realidade se acentua ao longo do século XIX e este período protagoniza a emergência de inúmeras instituições científicas que passaram a compor a galáxia de intermediárias entre os interesses de viajantes, projetos de exploração e cientistas de gabinete.

Projeto voluntário, interesses compartilhados

O primeiro passo para a institucionalização do projeto de exploração idealizado pelo conde Jacques de

⁵ Règlement de la Société de Géographie de Paris. Société de Géographie de Paris. Bibliothèque Nationale de France. Cote: MFILM SG COLIS 65 (4206).

Rohan-Chabot se estabeleceu por meio da carta justificativa enviada ao presidente da Sociedade de Geografia de Paris, o já citado Prince Roland Bonaparte. Ele era neto de Lucien, segundo irmão de Napoleão Bonaparte. Criado num ambiente de ideias políticas liberais e de valorização da ciência, ele abandonou a carreira militar e se dedicou à antropologia, a botânica, a zoologia, a geologia e a física do globo. Ele era iniciado nos métodos antropológicos de Paul Broca, que foi o pai da antropologia física na França, no século XIX.⁶ Entre os anos de 1910 e 1921 ele presidiu a Sociedade de Geografia de Paris e sob a direção desta instituição inúmeras subvenções à viagens de exploração foram concedidas, ele condecorou dezenas de exploradores com medalhas e prêmios (a Missão Rohan-Chabot inclusive) e foi responsável por diversas publicações em diferentes áreas de conhecimento científico. Com o retorno da Missão Rohan-Chabot à França ele foi responsável pela identificação de uma parte da coleção de botânica que depois foi transferida para o Museu de história Natural de Paris.

As missivas que compõem o dossiê da Missão Rohan-Chabot são o testemunho do alinhamento de diversos *savants* em favor deste projeto. Nesse sentido, uma figura fundamental para a missão foi Henry Froidevaux, diretor da biblioteca da Sociedade de Geografia de Paris. Froidevaux era historiador e geógrafo, especialista em estudos coloniais e ocupou os cargos de bibliotecário-arquivista e de diretor da biblioteca da Sociedade. Ele foi intermediário do conde junto a Sociedade de Geografia para indicar dois especialistas para redigir as instruções científicas da viagem, sendo ele mesmo o responsável por escrever as instruções gerais para a missão. O documento elaborado por ele

⁶ Verneau, R. Nécrologie. Le Prince Roland Bonaparte. In: Journal de la Société des Américanistes. Tome 16, 1924. pp. 389-394;

incluía instruções sobre botânica, geografia física e humana, dava orientações sobre as características dos objetos de história natural e etnográficos que deveriam ser coletados, controlados e identificados para o posterior estudo científico em Paris.

Henry Froidevaux indicou Paul Rivet, médico de formação e etnólogo, para redigir as instruções antropológicas para a missão. Na época ele era professor assistente do laboratório de antropologia do Museu de História Natural de Paris. Entre 1901 e 1906 foi membro da Missão Geodésica francesa no Equador e ao longo das décadas seguintes desempenhou um papel central no desenvolvimento disciplinar da etnologia na França. Foi um dos fundadores, juntamente com Marcel Mauss e Lucien Lévi-Bruhl, do Instituto de Etnologia da Universidade de Paris constituído em 1925. Anos após o fim da Missão Rohan-Chabot⁷, Paul Rivet foi convidado pela Sociedade de Geografia de Paris a analisar o material coletado e compor um relatório sumário sobre as coleções antropológicas e de história natural da missão Rohan-Chabot. Além disso, quando o Museu do Homem foi criado em 1937, Paul Rivet como seu primeiro diretor transferiu as coleções etnográficas do laboratório de antropologia do Museu de História Natural de Paris para o Museu do Homem, e juntamente com elas a coleção etnográfica da Missão Rohan-Chabot.

As instruções científicas tinham uma longa tradição no contexto da Sociedade de Geografia de Paris. A produção destas instruções formava um elo de ligação entre o explorador e a Sociedade, que adequava as instruções de acordo com o perfil do viajante, mas ao mesmo tempo tentava cobrir lacunas científicas que até o momento não haviam sido tratadas em viagens anteriores. (SURUN, 2018).

⁷ La Géographie: bulletin de la Société de Géographie. XXXII – années 1918-1919, n.7.

Este aspecto fica claro, por exemplo, quando analisamos os objetivos da Missão Rohan-Chabot. Na carta enviada à Sociedade de Geografia de Paris, o conde se baseava no estado do conhecimento dos trabalhos que o precederam para identificar as lacunas científicas que necessitavam ser preenchidas. Nesse sentido, o objetivo da missão concentrava-se na necessidade de estabelecer um mapa preciso da região explorada, uma vez que existiam lacunas nos dados cartográficos reportados pelas missões precedentes. A segunda preocupação da missão seria a de produzir um inventário detalhado das riquezas naturais do solo, bem como fazer observações sobre a flora e a fauna das regiões. Para além desses aspectos, a missão também se propôs a estudar a navegabilidade dos rios da região e não menos importante, realizar estudos sobre a antropologia e etnografia da população local.⁸

O estudo das línguas locais não foi citado na carta de solicitação enviada por Rohan-Chabot à Sociedade de Geografia de Paris como um dos objetivos da missão. Contudo, o documento com as instruções antropológicas escritas pelo etnólogo Paul Rivet ressaltava que os membros deveriam se concentrar na coleta abundante de documentos antropológicos, etnográficos e linguísticos dos diversos grupos nativos que viviam nas regiões que a missão percorreria. Nesse sentido, percebe-se uma adequação entre os objetivos propostos pelo líder da missão e as lacunas científicas que precisavam ser preenchidas.

Outro responsável pela elaboração de instruções, a convite de Henry Froidevaux, foi o general Georges Perrier do Serviço Geográfico do Exército. Ele escreveu as recomendações acerca dos estudos magnéticos, meteorológicos, geodésicos e astronômicos para a missão. Perrier era uma figura respeitada nos

⁸ Carta de Jacques de Rohan-Chabot... op.cit.

círculos científicos franceses, tendo sido membro da Missão Geodésica francesa no Equador entre 1901 e 1906, assim como Paul Rivet. Ele era ainda membro da Academia de Ciências, instituição tradicional e seletiva na escolha de seus membros. Ele redigiu o relatório parcial denominado “nota sumária sobre os trabalhos astronômicos, geodésicos, topográficos, magnéticos e meteorológicos da missão francesa de Angola-Zambeze” publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Paris.⁹

Por fim, Henry Froidevaux articulou a convocação de dois membros para desenvolver estudos específicos no percurso da missão. Para isto ele indicou o médico e antropólogo Garnier Mouronval, que era membro da Instituto Francês de antropologia. A escolha de médicos em explorações era estratégica, uma vez que grande parte dos europeus adoeciam nas travessias do continente africano. Mouronval ficou responsável pelos estudos antropológicos, etnográficos, linguísticos e de história natural, mas abandonou a missão ainda em 1912 em função de desentendimentos com o conde Jacques de Rohan-Chabot. Com a volta do médico para França, o conde Rohan-Chabot assumiu as tarefas que lhe cabiam.

O segundo membro comissionado foi o capitão de engenharia Gabriel Grimaud, responsável pelas observações astronômicas, geodésicas, magnéticas e meteorológicas. Ele era geógrafo, encarregado dos levantamentos de precisão do Serviço Geográfico do Exército na França e Argélia. Sua presença na missão foi fundamental para o seu sucesso, uma vez que ele executou os cálculos e observações necessárias para o estabelecimento do mapa da região percorrida. A presença de militares em missões no continente africano

⁹ La Géographie: bulletin de la Société de Géographie. XXXII – années 1918-1919, n.7.

também era bastante comum e desejada, uma vez que eles tinham domínio das técnicas e do uso de instrumentos para desenvolver trabalhos no ramo da geografia física.

Com a partida da missão para Angola, um outro ator passa a ser fundamental na intermediação entre os membros da missão e a Sociedade de Geografia de Paris, trata-se do barão Étienne Hulot, secretário Geral da Sociedade de Geografia entre 1897 até 1917. Ele foi o responsável pelo contato com a missão em campo, por meio do pai de Jacques de Rohan-Chabot, o conde de Jarnac. Ele foi autor dos relatórios sobre a missão na imprensa e no boletim da Sociedade de Geografia de Paris. Além de ter recepcionado os membros da missão na volta a França em 1914.

Com apoio definitivo dos membros da Sociedade de Geografia de Paris, a Missão Rohan-Chabot também recebeu a chancela do Ministério da Instrução Pública. Este ministério criado em 1828, passa a partir de 1840 a organizar e subsidiar missões científicas para a França e para o exterior. Entre 1840 e 1914 ela alocou 1.102 missões gratuitas e 1.205 missões pagas.¹⁰ (SOUBRIER, 2018). Os relatórios finais da Missão Rohan-Chabot foram publicados pelo Ministério da Instrução Pública.

Considerações Finais

A partir desta breve análise é possível concluir que a construção de um projeto de exploração científica dependia de fatores diversos. Assim, se o componente financeiro é importante, a constituição de redes e instituições de tutela eram imprescindíveis para legitimar o caráter científico desses empreendimentos. A Missão Rohan-Chabot necessitou de uma rede de *sa-*

¹⁰ As missões gratuitas eram financiadas pelo próprio proponente, enquanto as missões pagas eram financiadas pelo Ministério da Instrução Pública. A Missão Rohan-Chabot foi uma missão gratuita.

vants dispostos a promover este projeto. A rede de cientistas envolvida no início da missão também foi central para que seus resultados parciais fossem divulgados e para que as notícias sobre ela fossem publicizadas nos jornais franceses.

Acredita-se ainda que o status social do conde Jacques de Rohan-Chabot foi um elemento fundamental na capacidade de mobilização desse grupo.

Outro aspecto fundamental para se pensar é até que ponto essas missões voluntárias eram usadas como intermediárias para preencher lacunas científicas de lugares ainda não estudados por cientistas franceses, mas que não eram territórios prioritários de investimento das instituições de tutela.

Referências Bibliográficas

CHAPPEY, Jean-Luc; DONATO, Maria Pia. Voyages et mutations des savoirs. Entre dynamiques scientifiques et transformations politiques. Fin XVIII - Début XIX Siècle. Annales historiques de la Révolution française. 2016/3, n. 385, p. 3-22.

MAISTRE, Julie. Trajectoires: approche prosopographique des explorateurs français de l'Afrique et de l'Asie (1870-1914). Thèse en Histoire. Université Paul Valéry - Montpellier III, 2016.

PÉAUD, Laura. Les premières sociétés de géographie (Paris, Berlin, Londres). Terra Brasilis (Nova Série), n.5, 2015.

SOUBRIER, Stéphanie. Les éconduits de la Science: les demandes de missions lointaines rejetées par le ministère de l'Instruction publique (1842-1900). Revue d'histoire du XIXe siècle, 2018, 57(2), 75-90.

SURUN, Isabelle. Dévoiler L'Afrique: Lieux et Pratiques de L'exploration, Afrique Occidentale, 1780-1880. Paris: Éditions de la Sorbonne, 2018.

TOURÉ, Mamady. Jacques de Rohan-Chabot géographe-explorateur: travaux photographiques. Les amis de Clémentine, 2010.

SOBRE OS AUTORES

Filipe de Sousa Miranda

Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências do Patrimônio Cultural da Universidade Federal do Pará (PPGPatri – UFPA). Graduado em História pela Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Bragança-PA. filipesousamyrand@gmail.com

Alessandra Patricia de Oliveira Dias Campos

Graduada em História pela UFPA. E-mail: alessandra.patricia.oliveira@gmail.com

Pedro Guimarães Marques

Doutorando pelo Departamento de História da Puc-Rio e pós-graduando em Especialização de Ensino de História pelo Colégio Pedro II. Pesquisa financiada com verba CNPQ. E-mail: pedromrqs@hotmail.com

Mayla Louise Greboge Montoia

Bolsista CAPES e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Profa. Dra. Roseli Boschilia, na linha Intersubjetividade e Pluralidade: reflexão e sentimento na História. E-mail: grebogemayla@gmail.com

Alessandra da Silva

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da UPF, na Linha de Pesquisa Cultura e Patrimônio, Mestre em Artes Visuais pela UFSM (2019), Bacharel em Artes Visuais pela UNOCHAPECÓ (2009).

Willivan do Carmo Santos

Aluno do Programa de Pós-Graduação Mestrado em História da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, Bahia / willivancarsan@hotmail.com.

Magno Francisco de Jesus Santos

Professor Adjunto do Departamento de História, do Programa do Pós-Graduação em História e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense. E-mail: magnohistoria@gmail.com

Ana Carolina Oliveira Alves

Doutoranda da Universidade Estadual de Campinas, Bolsista Fapesp processo 2018/15544-0, e-mail: anacarolinaoa@hotmail.com

Priscila Freitas de Carvalho

Doutoranda do Programa Interuniversitário de Doutoramento em História: mudança e continuidade num mundo global (PIUDHist) - Universidade de Lisboa, Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora. E-mail: priscila.carvalho@edu.ulisboa.pt



ISBN 978-659941852-5



9

786599

418525